



# Guiando a Prevenção

Manual de Monitoramento para Gestores da Prevenção no Campo de Álcool e outras Drogas



# CRIA

PREVENÇÃO E CIDADANIA



**Nações Unidas**  
Escritório sobre Drogas e Crimes



SECRETARIA NACIONAL DE  
POLÍTICAS SOBRE DROGAS  
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



362.29  
G943

Guiando a prevenção : manual de monitoramento para gestores da prevenção no campo de álcool e outras drogas / elaboração Michaela Batalha Juhasova ; colaboração Débora Estela Massarente Pereira, Aline Godoy. -- Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, 2024.  
119 p.

Trabalho em parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é parte do Programa CRIA- Prevenção e Cidadania.

ISBN digital 978-85-5506-239-1  
ISBN impresso 978-85-5506-240-7

1. Uso de álcool, política de prevenção, monitoramento, Brasil - 2. Drogas, política de prevenção, monitoramento, Brasil. I. Juhasova, Michaela Batalha. II. Pereira, Débora Estela Massarente. III. Godoy, Aline. IV. Brasil. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos. V. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). VI. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). VII. Título.

CDD

Elaborada por Luciene Maria Sousa CRB1-1655



**Presidente da República:** Luiz Inácio Lula da Silva

#### **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**

**Ministro de Justiça e Segurança Pública:** Enrique Ricardo Lewandowski

**Secretária Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos:** Marta Machado

**Diretora de Prevenção e Reinserção Social:** Nara de Araújo

**Coordenadora-Geral de Prevenção:** Flora Lorenzo, Antonio Rafael da Silva Filho (Interino)

**Coordenadora do Projeto BRA/15/009:** Solange Pereira Leal

**Chefe da Divisão de Projetos de Prevenção:** Eurides Branquinho Silva

**Coordenação técnica (Fiocruz):** Débora Estela Massarente Pereira

#### **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

**Representante do PNUD no Brasil:** Claudio Providas

**Representante-residente:** Elisa Calcaterra

**Representante Residente Assistente para Programa:** Maristela Baioni

**Gerente de Projeto da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento:** Rosana Tomazini

**Assistente de Programa da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento:** Aline Santana

#### **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)**

**Diretora do Escritório de País do UNODC no Brasil:** Elena Abbati

**Coordenadora-Geral de Projeto:** Samia Abreu Oliveira

**Analista Técnico em Prevenção do Uso de Drogas:** Caio Incrocci

**Analista Técnica em Prevenção do Uso de Drogas:** Nathália Souza

**Analista Técnico em Comunicação e Campanhas:** Bruno Fortuna

**Analista de Dados:** Michaela Batalha Juhasova

**Assistente de Projeto:** Gabriella de Azevedo Carvalho

#### **Ficha Técnica**

##### **Elaboração**

Michaela Batalha Juhasova

##### **Supervisão geral e técnica**

Samia Abreu Oliveira

##### **Revisão Técnica**

Michaela Batalha Juhasova, Samia Abreu Oliveira, Bruno Fortuna, Caio Incrocci, Gabriella de Azevedo Carvalho e Nathália Souza

##### **Colaboradores**

Débora Estela Massarente Pereira

Aline Godoy-Vieira

##### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Gabriella de Azevedo Carvalho

##### **Ilustrações internas**

Antonio Rodriguez - Ilustrações licenciadas pela Adobe Stock

##### **DISCLAIMER**

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do UNODC, dos seus Estados-membros ou das organizações parceiras, e tampouco implica em endosso.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	2		
<b>Parte 1   Monitoramento e Avaliação – como qualificar a tomada de decisões na gestão pública</b>	6	<b>Parte 3   Monitoramento da fidelidade de programas baseados em evidências</b>	76
Avaliação Científica e Monitoramento - Semelhanças e Diferenças	8	Entendendo que as adaptações ocorrem, como saber se o programa está caminhando na direção certa?	80
Por que trabalhar com monitoramento na Prevenção?	18	Estratégias para aumentar a fidelidade	82
‘O risco de não monitorar’	24	Por que monitorar a fidelidade?	83
Quais são os tipos de monitoramento?	25	Riscos relacionados a baixa fidelidade na implementação de um programa	84
Organizando e transformando dados em indicadores	26	Como monitorar a fidelidade: a busca da justa medida	86
Exemplos de indicadores para três metodologias baseadas em evidências	34	<b>Parte 4   Instrumentos de Monitoramento das Ações de Prevenção</b>	88
<b>Parte 2   Etapas da implementação de uma ação ou programa de prevenção: quando monitorar e quais dados usar?</b>	39	<b>Referências</b>	104
Recomendações gerais para a prática de monitoramento	42	<b>ANEXO - Navegando por Fontes de Dados Estratégicas para o Planejamento</b>	108
Da Coleta à Ação: Maximizando o Papel dos Dados no Ciclo de Implementação de Programas de Prevenção	47		
Orientações práticas para uso de dados na etapa de planejamento	49		
Orientações práticas para monitoramento da capacitação dos profissionais	57		
Orientações práticas para monitoramento das atividades	59		
Orientações práticas para o uso de dados na tomada de decisão a respeito da continuidade/expansão, interrupção ou adaptação	69		
A importância de publicação - retorno a população e stakeholders	71		
O que priorizar no monitoramento	73		

## **Estimados gestores e profissionais comprometidos com a prevenção no campo de álcool e outras drogas,**

É com grande satisfação que apresentamos o manual “Guiando a Prevenção: Manual de Monitoramento para Gestores da Prevenção no campo de Álcool e outras Drogas”. Esta publicação é o resultado de uma parceria estratégica entre o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime do Brasil (UNODC) e a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP). Nosso objetivo comum é fortalecer as políticas de prevenção no campo de álcool e outras drogas no Brasil e promover a cooperação internacional, alinhando essas políticas com preceitos de evidências científicas, promoção da cidadania e direitos humanos.

A prevenção no campo de álcool e outras drogas é uma questão multifacetada que exige respostas integradas e baseadas em dados científicos. O manual que ora apresentamos reflete essa necessidade, fornecendo orientações práticas para a implementação de sistemas de monitoramento que não apenas melhorem a eficácia das políticas públicas, mas também promovam a transparência e a prestação de contas. Acreditamos que a aplicação rigorosa desses princípios é fundamental para a construção de uma política sobre drogas que respeite e fortaleça os direitos das populações mais vulneráveis, contribuindo para a justiça social e a equidade étnico-racial e de gênero.

No âmbito internacional, enfatizamos a importância da cooperação entre países para enfrentar os desafios globais do uso e abuso de drogas. Este manual representa um passo significativo nessa direção, ao compartilhar conhecimentos e práticas que podem ser adaptados e aplicados em diferentes contextos ao redor do mundo. Acreditamos que a troca de experiências e a colaboração internacional são essenciais para desenvolver estratégias de prevenção mais eficazes e sustentáveis.

Esperamos que este manual auxilie gestores e gestoras a atuarem de forma alinhada com uma abordagem baseada em evidências científicas, promovendo a saúde pública, a cidadania e os direitos humanos. Reconhecemos que a prevenção eficaz no campo de álcool e outras drogas não é apenas uma questão de saúde, mas um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao equipar as gestoras e gestores com ferramentas e conhecimentos adequados, estamos pavimentando o caminho para intervenções mais eficazes que beneficiem toda a sociedade.

Estamos confiantes de que este manual será uma ferramenta valiosa em seu trabalho, proporcionando insights e orientações que contribuirão para a construção de políticas de prevenção mais robustas e com um olhar atento à população brasileira. Desejamos a todos uma leitura proveitosa e muito sucesso na implementação das políticas de prevenção em seus territórios

### **Marta Machado**

Secretária Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública

### **Elena Abbati**

Diretora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime do Brasil

# Introdução

No campo de prevenção - álcool e outras drogas, gestores enfrentam desafios como a alocação limitada de recursos e a necessidade de respostas ágeis, ao mesmo tempo em que buscam garantir a excelência na prestação de serviços públicos aos usuários. Nesse cenário desafiador, o monitoramento surge como um aliado crucial.

Reconhecendo a importância crítica do monitoramento da eficácia e eficiência de políticas de prevenção, a publicação Guiando a Prevenção - Manual de Monitoramento para Gestores da Prevenção no Campo Álcool e outras Drogas foi elaborada com o intuito de fornecer orientações práticas e ferramentas úteis para a implementação de sistemas de monitoramento.

Este trabalho é fruto do Projeto de Apoio à Implantação do Sistema Nacional de Prevenção do Uso de Álcool e Outras Drogas, desenvolvido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), em parceria com Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) e o Escritório das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Como iniciativa recente da prevenção do campo álcool e outras drogas, em 2024, a SENAD lançou o Programa CRIA – Prevenção e Cidadania, que propõe uma estratégia nacional de prevenção de desfechos negativos relacionados ao uso de álcool e outras drogas e de prevenção à violência e à criminalidade no contexto da política sobre drogas, com o objetivo de fortalecer os indivíduos e as comunidades em que estão inseridos, contribuindo para uma sociedade mais equitativa.

O Programa CRIA é composto por eixos de ações e eixos transversais: Eixo I: Proteção para Infância e Adolescência, que prevê a implementação de três metodologias de prevenção voltadas a escolas e famílias: Elos - Construindo Coletivos, #TamoJunto e Famílias Fortes e capacitação de gestores sobre a prevenção; Eixo II- Prevenção com os Territórios; Eixo III – Socioeducativo e Conselhos Tutelares e; Eixos Transversais de Monitoramento e Construção de Evidências.

Atualmente, o Projeto do UNODC se integra ao Programa CRIA nos eixos transversais, por meio da Plataforma (online) Integrativa de Prevenção Ampliada, do Comitê Científico e de Ações de Monitoramento.

O monitoramento desempenha um papel fundamental na gestão de atuação pública em relação a drogas, permitindo o acompanhamento próximo da implementação das ações preventivas e avaliando seu verdadeiro impacto na comunidade. Ao monitorar continuamente a implementação das políticas e programas de prevenção, os gestores têm a oportunidade de identificar rapidamente áreas de sucesso e desafios emergentes, informando decisões e alocando recursos de forma eficiente.

Além disso, o monitoramento promove a prestação de contas e a transparência ao coletar dados sobre a implementação e os resultados das políticas de prevenção. Isso permite que os gestores forneçam informações claras e confiáveis aos financiadores, parceiros e à comunidade, demonstrando compromisso com a eficácia e a melhoria contínua das iniciativas preventivas.

Este manual foi desenvolvido especificamente para gestores responsáveis pela condução e supervisão das políticas de prevenção no campo de álcool e outras drogas em diferentes contextos. Ao longo das próximas

páginas, você encontrará orientações detalhadas sobre como estabelecer sistemas de monitoramento eficazes, selecionar indicadores relevantes, coletar e analisar dados, e utilizar essas informações de maneira prática.

A primeira parte deste manual aborda uma variedade de tópicos essenciais para estabelecer uma base sólida no monitoramento da prevenção ao uso de drogas. Inclui orientações detalhadas sobre a estruturação de sistemas de monitoramento eficazes, a seleção criteriosa de indicadores relevantes, além de métodos para a coleta e análise de dados.

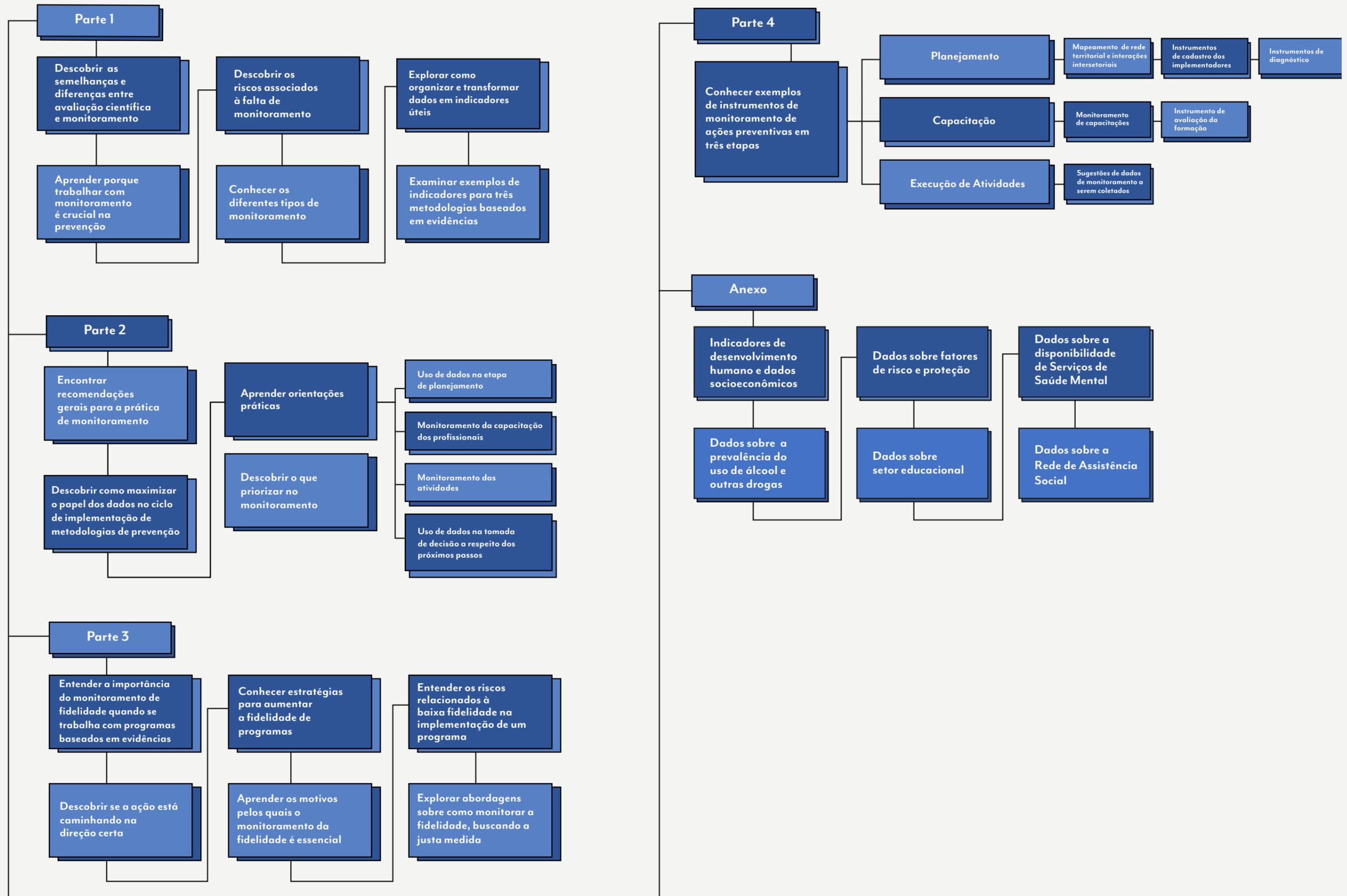
Na segunda parte, os leitores encontrarão um enfoque prático sobre como utilizar as informações coletadas por meio do monitoramento. Esta seção explora maneiras de interpretar e utilizar os dados para tomar decisões informadas e orientadas para resultados. Além disso, oferece *insights* sobre como comunicar eficazmente os resultados do monitoramento para diferentes partes interessadas, promovendo a transparência e o engajamento da comunidade na implementação das políticas de prevenção no campo de álcool e outras drogas.

Já na terceira parte, o foco estará na garantia da fidelidade à implementação das políticas de prevenção com base em evidências. Serão apresentadas orientações detalhadas sobre como monitorar a adesão aos protocolos e diretrizes estabelecidos, garantindo que as intervenções sejam implementadas da forma que alcancem os resultados desejados e mantendo a integridade do programa ao longo do tempo.

Por fim, na quarta , exploraremos exemplos de instrumentos de monitoramento das ações de prevenção.

Esperamos que este manual seja uma ferramenta valiosa e prática para apoiá-lo na promoção de saúde e bem-estar na comunidade, através da implementação de políticas de prevenção no campo de álcool e outras drogas baseadas em evidências e orientadas para resultados. Desejamos uma excelente leitura e que as informações contidas aqui sejam úteis e inspiradoras em seu trabalho.

# O que você vai encontrar aqui?

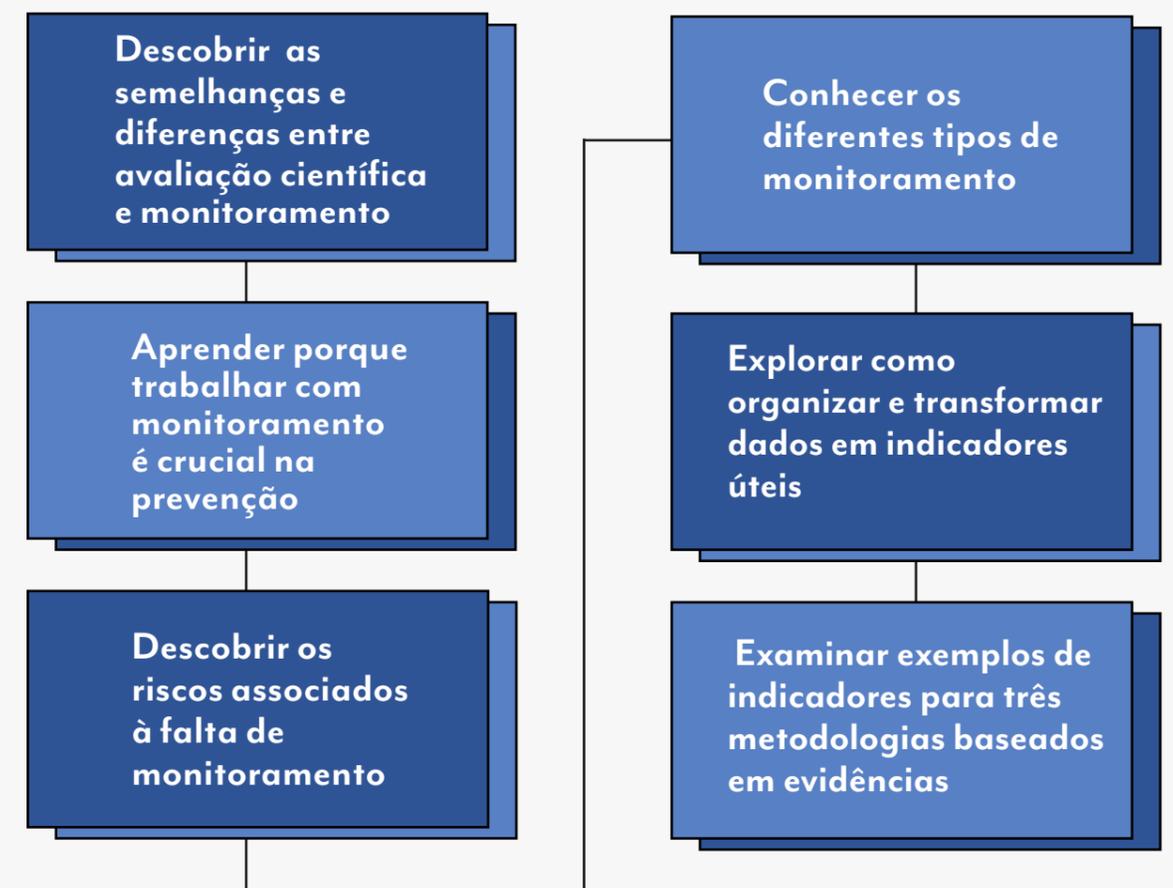


# Parte 1

## Monitoramento e Avaliação

Como qualificar a tomada de decisões na gestão pública

### O que você vai encontrar aqui?



# Avaliação Científica e Monitoramento

## Semelhanças e Diferenças

A Avaliação Científica e o Monitoramento são duas ferramentas fundamentais na análise das políticas públicas de prevenção no campo de álcool e outras drogas. Ambos os processos têm o objetivo de fornecer uma análise crítica e sistemática das intervenções implementadas, avaliando sua eficácia e impacto. No entanto, apesar das semelhanças, é importante que o gestor público considere algumas diferenças.

Enquanto a avaliação científica busca investigar a eficácia das estratégias de prevenção com base em evidências científicas sólidas e é geralmente realizada por instituições de pesquisa ou equipes de pesquisadores independentes, o monitoramento concentra-se na coleta contínua de dados em tempo real para acompanhar a implementação das políticas e identificar desafios emergentes, sendo acompanhado de perto pelas equipes implementadoras do projeto.

## O que é monitoramento

No âmbito de políticas públicas, monitorar significa acompanhar de forma sistemática a implementação das ações de um programa por meio de indicadores, medir o andamento e registrar regularmente estes dados, com objetivo de produzir informações estratégicas para a gestão do programa.

O monitoramento é uma ação contínua que observa o desenvolvimento de um programa específico e utiliza as informações coletadas para auxiliar o gerenciamento e a tomada de decisões<sup>1</sup>.

De uma forma geral, o monitoramento tem como objetivos principais, obter evidências e aumentar o conhecimento a respeito de aspectos relacionados a implementação de uma ação. Assim gerando insumos para processos de tomada de decisão, e contribuindo com subsídios para uma comunicação transparente e baseada em dados com todas as partes envolvidas no processo.

## O que é avaliação científica

As avaliações são análises objetivas acerca da concepção, implementação ou resultados de políticas públicas, projetos ou programas planejados, em andamento ou concluídos<sup>2</sup>. Normalmente, as avaliações científicas são realizadas por instituições de pesquisa ou equipes de pesquisadores independentes, ou seja, que não atuem diretamente na implementação das políticas e programas sendo avaliados.

As avaliações costumam ser encomendadas para responder perguntas específicas, que podem ser categorizadas em três tipos<sup>3</sup>:

<b>1</b>	<b>Descritivas</b>	focadas em processos, relações organizacionais e percepções das partes interessadas
<b>2</b>	<b>Normativas</b>	comparando o que está ocorrendo com o que era esperado em termos de insumos, atividades e produtos
<b>3</b>	<b>Perguntas de causa-efeito</b>	que visam a identificar o efeito real da ação sob o problema a ser solucionado.

Considerando os ciclos de implementação de uma política pública, as avaliações científicas podem ocorrer ao longo de todas as etapas, com objetivos distintos conforme detalhado no quadro a seguir<sup>4</sup>:

**Pesquisas diagnósticas** (*ex ante*)  
podem contribuir para o dimensionamento de demandas públicas; identificação de problemas sociais e públicos; bem como para legitimação da entrada de novas pautas na agenda governamental e para desenho de intervenções.

**Avaliações da implementação** (*in itinere*)  
são valiosas para a otimização de recursos e processos, aumento da qualidade de serviços e produtos ofertados, bem como para o aprimoramento da política pública.

**Avaliações de impacto** (*ex post*)  
medem os efeitos concretos das políticas públicas e intervenções, avaliando a sua relevância, utilidade, resultados, impactos e sustentabilidade. Estas pesquisas trazem transparência quanto à qualidade e o valor público do gasto, e podem contribuir na tomada de decisões acerca da viabilidade e necessidade de se continuar, otimizar ou extinguir a política pública.

1 Banco Mundial, 2015, p.8

2 Banco Mundial, 2015

3 Imas e Rist, 2009

4 Adaptado do Referencial de Controle de Políticas Públicas (TCU, 2020, p.97)

## Principais diferenças

As avaliações científicas, realizadas por equipes especializadas externas, podem ocorrer em diversas etapas de planejamento e implementação das ações preventivas e subsidiar a tomada de decisões e redirecionamento das ações quando necessário. Porém, como as pesquisas exigem uma validação de seus instrumentos e uma análise mais complexa dos dados, existe uma defasagem entre a prática e a produção do saber acadêmico.

Já o monitoramento é uma atividade interna, com foco no acompanhamento operacional da implementação. Por meio da coleta e análise de informações durante o processo da implementação, o gestor poderá identificar as barreiras em tempo de superá-las por meio de ações estratégicas. Esses dados operacionais também podem apoiar o gestor na tomada de decisões sobre, por exemplo, a otimização de recursos e continuidade ou expansão das ações.

Assim, ambos os processos – monitoramento e avaliação científica – contribuem para a gestão de políticas públicas, respondendo a perguntas distintas e complementares.

## Exemplos de perguntas que o **monitoramento** pode responder:

- 1** Quantas crianças participaram da ação preventiva?
- 2** Foram capacitados profissionais suficientes para o programa ser ofertado ao público almejado?
- 3** Quais escolas não estão conseguindo realizar as ações preventivas conforme cronograma definido?
- 4** Quais são as dificuldades dos profissionais na execução das ações?

**Quais outras perguntas você acredita que o monitoramento poderia responder?** Liste algumas e compartilhe suas percepções com outros gestores - compartilhar experiências é uma ótima maneira de começar a estruturar o processo de monitoramento.

## Exemplos de perguntas que a **avaliação científica** pode responder:

- 1** A aplicação da intervenção contribuiu para o desenvolvimento das habilidades sociais das crianças?
- 2** A ação preventiva adiou início do uso de drogas entre adolescentes?
- 3** A ação preventiva teve impacto nos comportamentos sexuais de risco, violência ou bullying?

**Quais outras perguntas você acredita que a avaliação científica poderia responder?** Liste algumas e compartilhe suas questões com pesquisadores e/ou grupos de pesquisa que possam te oferecer o suporte técnico necessário para iniciar esse processo.



## monitoramento

## avaliação científica

### objetivos

- subsidiar tomada de decisões operacional no dia-dia
- levar a ações estratégicas
- apontar onde há barreiras na implementação, que possam necessitar uma intervenção
- mapear as experiências territoriais
- avaliar a efetividade e o impacto de programas e políticas
- produzir evidências científicas a respeito do que funciona
- identificar mediadores de efeito (quais aspectos de um programa levam a sua efetividade)

### metodologia

- sem rigor científico
- mais facilmente implementados
- uso de tecnologia simples, como Google Forms (ou caso possível instrumentos públicos para coleta de dados, como é o caso do Formsus do Ministério da Saúde) para preenchimento de questionários que não podem demorar demasiado tempo e precisam ter linguagem acessível
- desenhos metodológicos rigorosos (como Estudos Controlados Randomizados ou Não-Randomizados com Grupos de Intervenção e Controle, Estudos de Coorte ou estudos qualitativos em profundidade) que visam responder uma pergunta específica de pesquisa
- possível uso de tecnologia (por exemplo captura em vídeo, ao invés de observação; digitalização e processamento automatizado de questionários)

### duração

- ações de monitoramento são desenhadas como ações contínuas, ao longo da implementação de um programa ou intervenção
- pesquisas tem início, meio e fim, ou seja, a duração é limitada (normalmente a um ciclo de implementação de um programa ou intervenção, com algumas etapas posteriores de coleta de dados)

### tempo para obtenção de resultados

- informação gerada em tempo real ou em momentos específicos da implementação
- análises periódicas (ao longo do processo, e nos momentos de tomada de decisão)
- resultados finais das avaliações científicas normalmente ficam disponíveis alguns meses após a conclusão da implementação estudada
- artigos são publicados nas revistas científicas muitos meses após a conclusão dos estudos no campo

## monitoramento

## avaliação científica

### como é feita a coleta de dados

- a coleta de dados tende a ser incorporada na rotina dos profissionais
- os profissionais que estão envolvidos na implementação (sejam gestores, multiplicadores ou próprios implementadores) são normalmente os encarregados de reportar os dados
- muitas vezes não é possível coletar todos os dados desejáveis, há necessidade de priorização
- precisam ser consideradas restrições e/ou barreiras nos territórios (acesso à tecnologia por parte dos profissionais, sobrecarga)
- instrumentos precisam ser simples, objetivos e de fácil acesso
- podem ser incorporados dados já existentes em cadastros públicos
- instrumentos cientificamente validados
- profissionais (externos aos implementadores) capacitados para coleta de dados
- coleta realizada por meio de instrumentos validados, questionários, entrevistas, grupos focais, observações ou outras metodologias desenvolvidas para responder as perguntas da pesquisa

### análise de dados

- visualização de status e alcance das metas ao longo da implementação;
- visualização de dados por meio de gráficos que permitem identificar tendências e comparações (entre tempos, territórios e com metas)
- dados acionáveis e facilmente interpretados pelos usuários
- análises quantitativas e qualitativas com rigor científico por meio de modelos validados;
- interpretação de dados complexa.

### como impactam desenho da implementação

- o monitoramento, incluído desde a etapa de planejamento, implicará na escolha dos programas/ ações preventivas, bem como em territórios prioritários e desenho da ação respeitando variáveis do contexto
- em algumas pesquisas, há necessidade de randomização e/ou de separação do público-alvo em grupos intervenção e controle – necessidade de pactuação com gestores nos territórios

### quem analisa e interpreta os dados

- gestores e/ou profissionais apontados como articuladores de uma ação preventiva
- equipes especializadas das universidades e/ou centros de pesquisa

### financiamento

- não há necessidade de financiamento específico, já que o monitoramento é um processo incorporado diretamente na implementação do programa
- editais, termos de execução descentralizada ou outras formas de transferência de recursos para entidades de pesquisa

# Por que trabalhar com monitoramento na Prevenção?

- 1** Para te auxiliar na tomada de decisões
- 2** Para saber como intervir nas ações em andamento
- 3** Para auxiliar no uso ético e eficiente de recursos públicos
- 4** Para subsidiar a captação e alocação de recursos
- 5** Para aumentar as chances de produzir resultados desejados

No cotidiano, todos nos apoiamos em dados para tomar uma série de decisões comuns: ao optar pelos trajetos mais eficientes, recorremos a aplicativos ou a nossa própria experiência, avaliamos as classificações e análises de restaurantes e hospedagens para escolher as melhores opções, e consultamos a previsão do tempo antes de arrumar as malas para uma viagem. Enquanto dirigimos, acompanhamos a velocidade e o nível de combustível. Desconsiderar essas informações poderia resultar em consequências desagradáveis, algo que todos podemos imaginar.

Da mesma forma, na esfera da gestão pública, os dados desempenham um papel crucial. Eles são fundamentais para embasar a tomada de decisões, orientar o desenho e redesenho das ações, e assegurar a utilização ética e eficaz dos recursos públicos. Além disso, a análise contínua dos dados pode subsidiar a alocação e a captação de recursos, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente.

A gestão pública enfrenta desafios complexos: recursos limitados, demandas urgentes e a necessidade de oferecer serviços de qualidade de forma ética são apenas alguns deles. Diante desse cenário, o monitoramento se destaca como uma ferramenta essencial para a eficácia das políticas públicas, independentemente do nível governamental em que são implementadas.

Monitorar implica em coordenar as ações de diversos atores em direção aos objetivos estabelecidos, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. É um processo dinâmico que demanda decisões rápidas e constantes, pois cada problema identificado pode ter várias soluções possíveis, e todas devem ser avaliadas cuidadosamente.

Ao adotar essa abordagem, os gestores podem obter uma série de benefícios, desde uma alocação mais eficiente dos recursos até uma melhor compreensão dos impactos das políticas implementadas.

Vamos analisar alguns dos principais motivos pelos quais você, gestor, deve considerar trabalhar com monitoramento:

## 1 Para te auxiliar na tomada de decisões

No processo de tomada de decisão existem diversas influências internas e externas – como conhecimento e experiências prévias, crenças, oportunidades, parcerias estabelecidas com as respectivas expectativas das diversas partes-interessadas e dados e informações disponíveis. Mas como dados e informações podem, na prática, auxiliar o gestor nesse momento?

- na escolha de ações, intervenções e programas a serem implementados;
- na definição de grupos prioritários (faixa etária, contexto a ser trabalhado, fatores de risco e proteção a serem abordados);
- na alocação de recursos (humanos, financeiros, equipamentos);
- na adaptações dos processos e das intervenções em si, de acordo com as necessidades de cada território ou contexto;
- na tomada de decisão a respeito da continuidade (expansão ou adaptação de uma certa ação) ou descontinuidade e substituição por outra ação ou programa.

Assim, o monitoramento e acompanhamento contribui para tornar as políticas públicas mais assertivas, permitindo a identificação de fatores facilitadores e dificultadores no processo de implementação.

## 2 Para saber como intervir nas ações em andamento

Apenas ao ter um entendimento claro do progresso da implementação de uma ação ou programa de prevenção - através do acompanhamento de objetivos alcançados em comparação com as metas e cronogramas estabelecidos, ou então das percepções dos participantes e dos profissionais envolvidos - o gestor estará capacitado a identificar as áreas que necessitam de intervenção para superar as barreiras existentes. Dessa forma, ele pode garantir que os esforços dedicados resultem nos melhores resultados possíveis.

Esta função do monitoramento também costuma ser chamada de controle<sup>5</sup>, e consiste em três etapas principais:

- coletar dados de variáveis definidas por meio de instrumentos e formas de coleta adequadas;
- analisar os dados e identificar desvios de valores ideais ou planejados (metas);
- induzir ação corretiva que possa reduzir a distância do valor ideal ou planejado.

Abaixo, vamos acompanhar alguns exemplos onde o monitoramento pode te auxiliar a entender quando e como intervir em uma ação de prevenção que está em andamento:

O monitoramento permite ao gestor identificar por exemplo, que em alguma escola ou algum equipamento da assistência social a ação ou programa desenhado está atrasado em comparação com o cronograma definido, ou em comparação com as demais escolas / equipamentos. Por meio de monitoramento também pode ser verificado, se esse atraso se deve por exemplo a licença de saúde do profissional capacitado para tal ação, a falta de material didático necessário ou sobreposição de atividades. A partir deste reconhecimento, o gestor poderá buscar soluções para superar a barreira (seja identificar outro profissional capacitado que poderia fazer a substituição durante a licença saúde, verificar o estoque do material e providenciar a quantidade necessária, ou articular com a gestão escolar / gestão do equipamento da assistência social as estratégias para garantir a continuidade das ações de prevenção).

## 3 Para auxiliar no uso ético e eficiente de recursos públicos

O monitoramento das medidas preventivas não apenas aumenta a transparência nos gastos públicos, mas também fortalece a prestação de contas no âmbito da gestão. Ao optar por monitorar e divulgar os dados relativos à implementação de uma medida preventiva, a tomada de decisões por parte dos gestores torna-se mais transparente, permitindo um controle social eficaz.

Diante da escassez de recursos, sejam eles humanos, financeiros ou materiais, surge a necessidade imperativa de priorização. Estabelecer critérios claros e utilizar indicadores torna o processo de priorização mais objetivo e transparente. Dessa forma, a decisão sobre a prioridade de determinado território ou segmento populacional deixa de ser meramente política, passando a ser embasada e justificada em dados concretos.

Um exemplo prático, seria o uso de monitoramento para consolidar dados desagregados de raça/cor, gênero e outras características dos beneficiários de uma medida preventiva, auxiliando os gestores a avaliar a distribuição dos serviços, se está atendendo quem demanda de maneira mais urgente os serviços oferecidos pelo programa/ação de prevenção no campo de álcool e outras drogas, como no caso de comunidades com maiores taxas de vulnerabilidade, exposição ao uso de substâncias psicoativas e violência.

## 4 Para subsidiar a captação e alocação de recursos

Registrar as ações de prevenção no campo de álcool e outras drogas, especificando o público-alvo alcançado, e se possível descrevendo os efeitos imediatos percebidos pelos participantes e pelos profissionais que realizaram a ação ou o programa no território dará concretude e visibilidade aos esforços e aos resultados.

Essas informações, comunicadas publicamente ou de forma estratégica aos potenciais parceiros, geram interesse e asseguram os interessados que as ações estão sendo acompanhadas de forma consistente.

Também a partir dos dados de monitoramento, o gestor tomará conhecimento de processos e métodos de implementação mais eficientes, compreendendo de forma mais assertiva quais as necessidades específicas de cada território ou contexto, onde uma ação de prevenção está sendo induzida, podendo assim planejar com maior segurança e efetividade a alocação de recursos.

5 Bahia, L.O. (2021)

## 5 Para aumentar as chances de produzir resultados desejados

**“Estratégias de prevenção com base em evidências têm sido defendidas na perspectiva do uso adequado de verbas para a produção dos efeitos desejados e a não produção de efeitos iatrogênicos”<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> BRASIL, 2015; EMCDDA, 2013; UNODC, 2015

A ciência da prevenção vem produzindo evidências científicas que apontam o que funciona e o que não funciona em relação a prevenção no campo de álcool e outras drogas. Existem diretrizes internacionais que reconhecem as estratégias eficazes e alertam sobre as ações que não geram resultados desejados, ou até produzem efeitos iatrogênicos - ao invés de prevenirem o uso de álcool e outras drogas, acabam levando a aumento das taxas de iniciação e uso.

Porém na hora de induzir as práticas e ações com base em evidências nos territórios há diversos desafios a serem enfrentados. Entre os quais, entender e atender as necessidades específicas dos públicos e comunidades, superar a resistência dos profissionais em relação a práticas inovadoras, capacitar e desenvolver as habilidades necessárias dos implementadores, lidar com recursos limitados e contextos de vulnerabilidade e desigualdade.

O monitoramento contínuo das ações permitirá ao gestor identificar se as ações estão seguindo as recomendações da ciência de prevenção, permitindo que atue diretamente onde existem riscos que podem comprometer os resultados desejados.

As experiências indicam que o acompanhamento contínuo ao longo da implementação de uma ação ou programa contribui para:

- que os profissionais não desistam ao longo do caminho, mas sigam com as atividades previstas;
- reforçar o apoio institucional aos profissionais implementadores;
- a apropriação de práticas inovadoras pelos profissionais, lembrando-os sobre os aspectos essenciais a serem aplicados.



## O risco de não monitorar

Imagine-se dirigindo um carro com o painel de controle completamente apagado. Você estaria no escuro quanto à sua velocidade, incapaz de discernir se é seguro acelerar ou não. Ficaria sem saber se ainda há combustível suficiente para alcançar seu destino, ou se será necessário fazer uma parada para abastecer no meio do caminho. E se, de repente, o carro simplesmente parasse de funcionar? As possíveis razões seriam diversas: a bateria acabou? O tanque está vazio? Houve alguma falha no motor?

Da mesma forma, sem o monitoramento das ações de prevenção, o gestor não saberá se:

- as ações estão ocorrendo conforme cronograma planejado;
- os recursos previstos e alocados foram suficientes para oferecer as ações para o público desejado;
- as condições mínimas para garantir a efetividade da ação de prevenção estão sendo asseguradas, como especificação do público-alvo, dos profissionais que devem realizar as ações, se a intersetorialidade das ações está sendo garantida e se as diretrizes das ações e programas estão sendo respeitados, as metas estabelecidas estão sendo alcançadas, os participantes e profissionais envolvidos estão percebendo os efeitos esperados da ação preventiva; e
- houve interrupções, evasão ou baixa na adesão às ações previstas.

Tampouco o gestor ia ter clareza, caso em algum território ou unidade da rede de saúde, assistência social ou numa escola, o programa ou ação de prevenção pare no meio, ou tenha baixa adesão, quais foram os motivos.

Sem o monitoramento contínuo ao longo do processo, desde o planejamento das ações preventivas até o seu encerramento, corre-se o risco de somente no final descobrir as barreiras e falhas no processo – perdendo assim as oportunidades de intervenção.

Além disso, na avaliação da implementação, sem monitoramento contínuo, não existirão dados e informações suficientes para entender o que ocorreu, quais foram as boas práticas e as lições aprendidas, quais são as necessidades de adaptações para os próximos ciclos da implementação, impossibilitando a compreensão de quais ações tiveram maior aceitação, viabilidade ou mesmo efetividade.

## Quais são os tipos de monitoramento?

Comumente, existem dois tipos de monitoramento no campo de gestão de políticas públicas e programas – monitoramento gerencial e monitoramento analítico. No caso da disseminação de ações de prevenção no campo de álcool e outras drogas baseados em evidências, existe um terceiro tipo, o monitoramento de fidelidade.

### Monitoramento **gerencial**

é voltado para acompanhamento de metas e prazos das ações, com objetivo de produzir informações decisórias. Este monitoramento permite identificar, por exemplo o número de profissionais capacitados, equipamentos disponíveis nas redes de saúde, educação e assistência social envolvidos na implementação, número de crianças, adolescentes e famílias beneficiadas por um programa de prevenção, além do status de implementação em cada local ou o quanto as metas estabelecidas foram alcançadas.

### Monitoramento **analítico**

é uma análise sistemática e contínua de indicadores relacionados à implementação de programas, enriquecida com dados socioeconômicos. Ele permite comparar indicadores ao longo do tempo e entre diferentes regiões ou grupos, identificando dificuldades na execução, contextos favoráveis ou desfavoráveis e impacto das intervenções. Este tipo de monitoramento permite identificar quais profissionais estão tendo dificuldades na execução dos programas, quais contextos estão mais favoráveis ou desfavoráveis para implementação, onde os profissionais percebem efeitos esperados em termos de vínculos e mudanças no comportamento ou práticas e onde as ações não surtiram efeito.

### Monitoramento **de fidelidade**

é focado em acompanhar a qualidade na aplicação de um programa ou ação específica de prevenção. Na disseminação de programas baseados em evidências, mesmo que por meio de profissionais devidamente capacitados fazendo uso de manuais, é esperado que durante a operacionalização no território ocorram ajustes e adaptações. Seja por motivos de necessidades locais, guiadas por crenças dos profissionais ou pela resistência às práticas inovadoras propostas.

O objetivo do monitoramento da fidelidade é verificar se os profissionais estão seguindo os princípios das ações propostas, entender que tipo de adaptações e ajustes estão realizando, e evitar aquelas adaptações que possam comprometer a efetividade dos programas e ações desenvolvidas com base em evidências.

## Organizando e transformando dados em indicadores

Os dados podem ser definidos como registros de observações ou resultados de medição. Quando os dados estão disponíveis e analisados com objetivos específicos, tornam-se informações úteis.

Os indicadores são informações, ou seja, dados processados que ajudam a descrever, comparar, classificar, ordenar ou quantificar de forma sistemática dimensões de uma realidade<sup>6</sup>. São medidas construídas e definidas para atender as necessidades dos tomadores de decisão.

Esse fator subjetivo na construção de indicadores e seleção de dados merece ser destacado, já que os dados responderão somente àquelas perguntas feitas pelo gestor e os indicadores medirão aqueles aspectos do problema a ser solucionado, e das ações escolhidas para solucionar o problema, que são do interesse do gestor.

A seguir apresentamos algumas tipologias de dados, medidas e indicadores, como também as vantagens e desvantagens de seu uso, para conscientizar sobre o leque de possibilidades e apoiar nas escolhas e definições de indicadores e dados a serem coletados e analisados por meio de monitoramento das ações de prevenção.

## Dados externos e internos

No monitoramento e avaliação das ações preventivas é recomendável fazer uso tanto de dados internos quanto externos. Dados internos são coletados junto aos profissionais envolvidos direta ou indiretamente na implementação ou gestão das ações preventivas no território e também, se possível, junto aos participantes e públicos-alvo dos programas. Já dados externos, são aqueles disponíveis em bases de dados públicas e plataformas, que já estão sendo coletados por entidades públicas ou privadas e apontam as tendências e status de diversos indicadores sociais, educacionais, de saúde e econômicos.

Para acompanhar os impactos de longo prazo, ou para além dos objetivos principais dos programas de prevenção, os indicadores sociais, educacionais e de saúde podem funcionar melhor do que uma coleta específica de dados. Assim, é possível acompanhar as mudanças destes indicadores – que podem ser impactados pela implementação de programas e ações de prevenção, ou ao contrário, mapeando mudanças macro de contexto, que podem reforçar ou enfraquecer os efeitos dos programas.

## Vantagens e desvantagens

### dados externos

#### vantagens

- ampliam a compreensão das ações de prevenção para o contexto socioeconômico;
- promovem a intersetorialidade e parcerias (quando há articulação de compartilhamento de dados entre diversos atores).

#### desvantagens

- podem não estar disponíveis na especificidade necessária (por exemplo somente disponíveis no nível de município, mas não bairro/escola);
- podem não estar disponíveis na frequência desejada.

### dados internos

#### vantagens

- podem responder perguntas específicas a respeito da operação de uma ação;
- a frequência da coleta pode ser definida pelo gestor de acordo com os ciclos de implementação e avaliação.

#### desvantagens

- a coleta e análise pode representar maior custo, em termos de envolvimento de recursos humanos e logística;
- podem sobrecarregar os profissionais implementadores.

## Medidas qualitativas e quantitativas

É fundamental compreender a distinção entre medidas quantitativas e qualitativas ao realizar o monitoramento de ações de prevenção no campo de álcool e outras drogas. Enquanto as medidas quantitativas fornecem dados numéricos e estatísticas tangíveis, como números de participantes, taxas de adesão e redução de uso, as medidas qualitativas oferecem insights mais profundos sobre as experiências, percepções e contextos dos envolvidos.

As **medidas quantitativas** ajudam os gestores a dimensionar de forma mais objetiva o alcance de uma ação preventiva, status da sua implementação em termos de percentuais das etapas realizadas, e também o percentual do público-alvo que foi atingido. Dados quantitativos incluem tanto os dados numéricos, como por exemplo, número de profissionais, crianças e escolas atendidos e que podem ser expressos em termos absolutos ou relativos – como também medidas que usam escalas, por meio de quais permitem medir a frequência de comportamentos, práticas ou a frequência / tamanho de alguns efeitos, sejam eles percebidos ou não por profissionais implementadores.

São úteis para comparações, por exemplo, sobre o andamento da implementação entre diversos territórios ou unidades organizacionais, auxiliando na identificação de barreiras na implementação, mas também para comparar indicadores ao longo do tempo, por exemplo, percepções a respeito do clima dentro da sala de aula, ou o apoio necessário para implementação de um programa, podendo variar desde o início até o final da implementação.

As comparações com os valores esperados de certos indicadores (metas) ou com as médias dos indicadores facilitam a identificação de desvios, que apontam contextos com maior ou menor facilidade na implementação de um programa de prevenção e podem orientar o gestor no desenho de ações estratégicas – tanto em termos de reforço da articulação territorial, capacitação adicional de profissionais ou realocação de recursos.

Já as **medidas qualitativas** podem apontar fatores relevantes inesperados na concepção e no planejamento da implementação, além de identificar práticas inovadoras e auxiliar na compreensão sobre como as ações estão sendo adaptadas nos territórios, ajudando a atender melhor às necessidades do público-alvo, trazendo luz sobre as limitações de recursos, ou as crenças normativas dos profissionais implementadores. As medidas qualitativas podem ser coletadas por meio de perguntas abertas em questionários, visitas nos territórios e trocas com os participantes dos programas ou profissionais implementadores por meio de grupos focais, entrevistas ou mesmo em conversas informais, como também em fóruns online, entre outros.

Enquanto as medidas quantitativas podem ser processadas e analisadas de forma mais ágil, e a sua representatividade pode ser verificada por território ou outra unidade de análise, os dados qualitativos são fonte rica de novos conhecimentos.

Apesar de exigirem maior tempo para análise - quando coletados por meio de campos abertos em questionários aplicados em larga escala, ou não serem representativos - quando coletados de forma acidental ou somente em alguns territórios específicos, estes dados são a voz dos participantes e profissionais, e podem trazer informações importantes sobre a relevância e sustentabilidade<sup>7</sup> das ações, como também ajudam a identificar boas práticas para garantir a viabilidade na implementação dos programas e maior adesão.

<sup>7</sup> Paulo Januzzi (2020) defende a importância de considerar estas 2 dimensões – relevância e sustentabilidade dos efeitos dos programas sociais nas avaliações, para além da avaliação de efetividade, eficácia e eficiência, principalmente na tomada de decisão a respeito da continuidade / manutenção e/ou expansão de um programa.

## Vantagens e desvantagens

### medidas qualitativas

#### vantagens

- identificam inovações e novas práticas;
- podem esclarecer motivos de diferenças identificadas a partir dos dados quantitativos;
- podem trazer insumos a respeito das necessidades de ajustes nos processos;
- valorizam a voz dos participantes e profissionais implementadores numa escuta e observação mais aberta ao inesperado.

#### desvantagens

- podem não ser representativos já que costumam detalhar experiências específicas;
- maior complexidade na coleta e análise desses dados.

### medidas quantitativas

#### vantagens

- permitem acompanhar alcance das metas em cada etapa, como também dimensionar o escopo;
- permitem comparações na linha de tempo, entre as unidades da rede ou territórios;
- a coleta e análise costuma ser mais simples e rápida.

#### desvantagens

- quando usadas as escalas e agrupamento dos dados qualitativos em categorias com objetivo de torna-los comparáveis, as nuances ou experiências fora do padrão podem ficar fora da análise.

Assim como no caso dos dados e medidas, é crucial a compreensão do conceito de indicadores, tema da nossa próxima sessão. “O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009)

A depender da fonte de dados e do método que um indicador será alimentado, pode se distinguir entre os indicadores objetivos e subjetivos<sup>9</sup>.

## Indicadores objetivos e subjetivos

Os **indicadores objetivos** são aquelas medidas que acompanham e avaliam o contexto ou a implementação de um programa ou ação por meio de verificação de ocorrências concretas. Podem ser extraídos das estatísticas públicas disponíveis, como por exemplo a taxa de evasão escolar ou porcentual de famílias de baixa renda num território, porém também podem ser coletados no processo de monitoramento de uma intervenção preventiva – como por exemplo, o número de famílias que participaram de todos os encontros previstos no âmbito de um programa, o número de profissionais capacitados para implementar uma ação e o percentual dos profissionais que concluíram as ações previstas.

Já os **indicadores subjetivos** são construídos a partir das percepções e opiniões dos indivíduos ou especialistas em relação aos diversos aspectos da realidade. Podem ser coletados por meio de pesquisas de opinião pública, levantamentos a partir de autopreenchimento de questionários e inquéritos, como também em entrevistas e grupos focais ou grupos de discussão. Atualmente, esse tipo de indicador pode ser acessado a partir de estudos e pesquisas públicas por amostra, onde os participantes relatam suas próprias experiências, caso da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, onde educandos respondem perguntas sobre o início e a frequência de uso de álcool e outras drogas, práticas de bullying, entre outros. A partir desses dados são calculadas estimativas de taxas de prevalência. No processo de monitoramento, os indicadores subjetivos podem ser levantados, por exemplo, a respeito da percepção dos profissionais sobre a adesão dos participantes de um programa de prevenção às atividades propostas, sobre as mudanças no comportamento dos educandos dentro da sala de aula, ou sobre outros efeitos imediatos esperados das intervenções preventivas.

No monitoramento, sempre que possível, devem ser considerados tanto os indicadores objetivos como subjetivos, pois estes podem apontar tendências similares, complementares ou até mesmo divergentes. Por exemplo, há indícios de que famílias de baixa renda tendem a avaliar as condições de suas vidas de forma mais positiva do que uma análise objetiva dos indicadores de rendimento e infraestrutura domiciliar<sup>10</sup>.

Por outro lado, também há riscos quando se limita o monitoramento e avaliação de um programa somente aos indicadores objetivos, pois as mudanças em termos de comportamentos, vínculos familiares e vínculos das crianças e adolescentes na escola, por exemplo, são medidas dificilmente capturadas de forma objetiva.

Desta forma, capturar a opinião dos beneficiários dos programas, dos profissionais implementadores e gestores, é desejável e relevante em todo o processo de monitoramento e avaliação, pois estes dados subjetivos podem orientar as melhorias dos formatos, condições e processos da implementação dos programas, como também podem ser usados para acompanhar a efetividade social das ações. Por exemplo, em termos de efeitos a curto prazo esperados a respeito de relações, vínculos, habilidades e emoções, cuja medição de forma objetiva e quantitativa é complicada e custosa.

9 Classificação apresentada pelo Carley(1985).

10 Januzzi(2005)

## Vantagens e desvantagens

### indicadores objetivos

#### vantagens

- descrevem a realidade de uma forma mais objetiva - de acordo com os critérios estabelecidos.

#### desvantagens

- mudanças de comportamento ou mudanças nas relações são dificilmente medidas de forma objetiva;
- verificação de ocorrências concretas pode ser mais complicada e custosa do que a coleta de percepções.

### indicadores subjetivos

#### vantagens

- as percepções e opiniões podem contribuir na avaliação de relevância e efetividade das ações.

#### desvantagens

- as mudanças nas percepções não necessariamente refletem as mudanças da realidade.

## Classificação de indicadores segundo as dimensões operacionais

No campo de monitoramento e avaliação das políticas públicas, os indicadores costumam ser classificados de acordo com as dimensões operacionais<sup>11</sup>, em 4 categorias a seguir:

### indicadores-**insumo**

são associados a disponibilidade de recursos (humanos, financeiros ou de equipamentos) necessários para implementação de um programa.

### indicadores-**processo**

podem ser considerados indicadores intermediários, que quantificam o esforço operacional de alocação de recursos. Estes indicadores podem trazer insumos para avaliação de eficiência na implementação.

### indicadores-**resultado**

medem de forma direta o alcance dos objetivos finais de um programa. Além dos objetivos primários, os programas costumam definir resultados secundários esperados (que podem ser objetivos complementares ou aqueles por meio de quais são alcançados os objetivos primários).

### indicadores-**impacto**

ampliam a lente para acompanhar os efeitos e desdobramentos mais gerais de um programa, que podem ocorrer concomitantemente a ocorrências dos resultados, mas também depois de um longo intervalo de tempo como consequências de alcance dos resultados primários e secundários.

Vale destacar, que no caso de ações ou programas de prevenção específicos aplicados em pequena escala ou de forma pontual, pode haver a necessidade de avaliações científicas por meio de parcerias com as universidades para acompanhar os indicadores-resultado e indicadores-impacto.

Já quando falamos de sistemas locais de prevenção, quando se busca avaliar resultados e impactos de estratégias coordenadas, é possível avaliar os resultados e impactos por meio de monitoramento de indicadores a longo prazo, a partir de bases de dados disponíveis.

<sup>11</sup> OMS, 1996. Cohen; Franco, 2000.



## Exemplos de indicadores para três metodologias baseadas em evidências

Esse é o caso das três metodologias de prevenção baseadas em evidências: Elos - Construindo Coletivos, #Tamojunto e Famílias Fortes.

A Metodologia Elos - Construindo Coletivos é uma estratégia de prevenção escolar universal que volta seu direcionamento a estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. Para tanto, a faixa etária prevista centraliza-se entre 6 a 10 anos de idade. Elos baseia-se em elementos centrais sendo um deles a divisão dos grupos de modo a contemplar a formação de equipes heterogêneas, onde o/a professor/a faça essa mediação, no qual devem ser consideradas as características e o comportamento das crianças, incentivando a colaboração e construção de coletivos por meio do estabelecimento e monitoramento de acordos de convivência. A partir das partidas realizadas em diálogo com as atividades pedagógicas previamente estabelecidas, as crianças desenvolvem as competências cognitivas, afetivas e sociais, incluindo solidariedade, empatia e respeito a diversidade, autonomia e assertividade. Esses efeitos a curto prazo agem como fatores de proteção a desfechos negativos em saúde mental na juventude e na vida adulta.

#Tamojunto também é uma metodologia escolar de prevenção, porém direcionado aos adolescentes de 13-14 anos. Ao longo de 12 aulas, o/a professor/a no papel de facilitador conduz dentro da sala de aula diversas atividades participativas, encenações e discussões com foco no desenvolvimento de habilidades de vida (como auto-estima, comunicação assertiva, resiliência, soluções de problemas), pensamento crítico a respeito de informações sobre drogas e crenças normativas. Por meio de Oficinas de Responsáveis, a serem realizadas em parceria entre os profissionais da escola e os profissionais do equipamento de saúde do território, estão sendo trabalhadas as habilidades parentais.

Por fim, Famílias Fortes é uma metodologia de prevenção destinada a famílias com filhos de 10-14 anos de idade. Por meio de 11 encontros, semanalmente, conduzidos pelos profissionais da assistência social, saúde ou outros, a metodologia busca apoiar as mães, pais e outros responsáveis no desenvolvimento de habilidades parentais e estilo parental mais autoritativo / democrático; apoiar os adolescentes no desenvolvimento de habilidades sociais; e melhorar a qualidade das relações familiares.

Atualmente, as metodologias são ofertadas, no âmbito do Eixo I - Proteção para Infância e Adolescência do Programa CRIA - Prevenção e Cidadania. O pacote de instrumentos e tecnologia de coleta de dados de monitoramento das três metodologias passaram por um processo cuidadoso de adaptação e construção em parceria com os desenvolvedores das estratégias originais, como também com as universidades nacionais que conduziram processos avaliativos das metodologias desde o início da sua implementação em 2013.

A seguir, serão apresentados alguns exemplos de indicadores usados no monitoramento das 3 metodologias ao longo dos anos. Os indicadores foram agrupados segundo as dimensões operacionais para facilitar o entendimento dos conceitos. Vale ressaltar que estes são alguns exemplos ilustrativos, mas na hora de iniciar a implementação de uma das 3 metodologias em parceria com o Governo Federal, é recomendado buscar as orientações específicas a respeito de instrumentos e formatos de monitoramento junto a SENAD/MJSP.

### exemplos indicadores-**insumo**

- número/% de escolas do ensino fundamental I interessadas no Elos - Construindo Coletivos
- número/% de escolas do ensino fundamental II interessadas no #Tamojunto
- número/% de equipamentos do SUAS interessados no Famílias Fortes
- número de professores, profissionais de saúde e assistência social capacitados para realizar as atividades
- % de escolas que já desenvolvem ações em parceria com os equipamentos de saúde do território

### exemplos indicadores-**processo**

- % de profissionais capacitados que iniciaram a realização de atividades
- % de profissionais com atraso / interrupção na realização das atividades
- % de estudantes que passaram pelo Elos - Construindo Coletivos / 12 aulas do #Tamojunto (considerando número total da faixa etária indicada)
- % de famílias que participaram de 7 encontros regulares do Famílias Fortes (das convidadas / das que vieram para o 1o encontro)

### exemplos indicadores-**resultado**

- % de crianças consideradas cooperativas (antes e depois de participarem no Elos - Construindo Coletivos)
- % de professores que afirmou que #TAMOJUNTO impactou na melhoria do vínculo em sala de aula
- % de facilitadores que afirmou que Famílias Fortes ajuda as famílias a resolverem seus conflitos sem violência
- % de famílias que retornaram para 4 encontros de acompanhamento do Famílias Fortes
- % de profissionais que têm interesse em continuar com a implementação das metodologias / consideram as metodologias relevantes

### exemplos indicadores-**impacto**

Estes indicadores podem ser acompanhados a nível macro a partir do Censo Escolar e da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE, apesar de não permitirem aferir a relação direta de efeito com as metodologias):

- taxas de aprovação e abandono
- % de estudantes que sofreram bullying
- % de adolescentes que não possuem amigos próximos
- % de adolescentes cujos pais e responsáveis entenderam seus problemas e preocupações
- prevalência do uso de álcool e outras drogas (na vida e nos últimos 30 dias)

Recomenda-se acompanhar tanto os indicadores em termos totais como em termos percentuais para poder ter clareza do escopo daquele indicador. Por exemplo 100% de educandos do 8º ano beneficiados por um programa de prevenção numa escola específica pode representar em termos absolutos um número total de alunos muito inferior que 20% de educandos numa outra escola. O indicador percentual nesse caso ajuda no dimensionamento de necessidades de profissionais capacitados em cada unidade escolar, porém no mesmo tempo pode ser enganoso na hora de avaliar custo-benefício do programa.

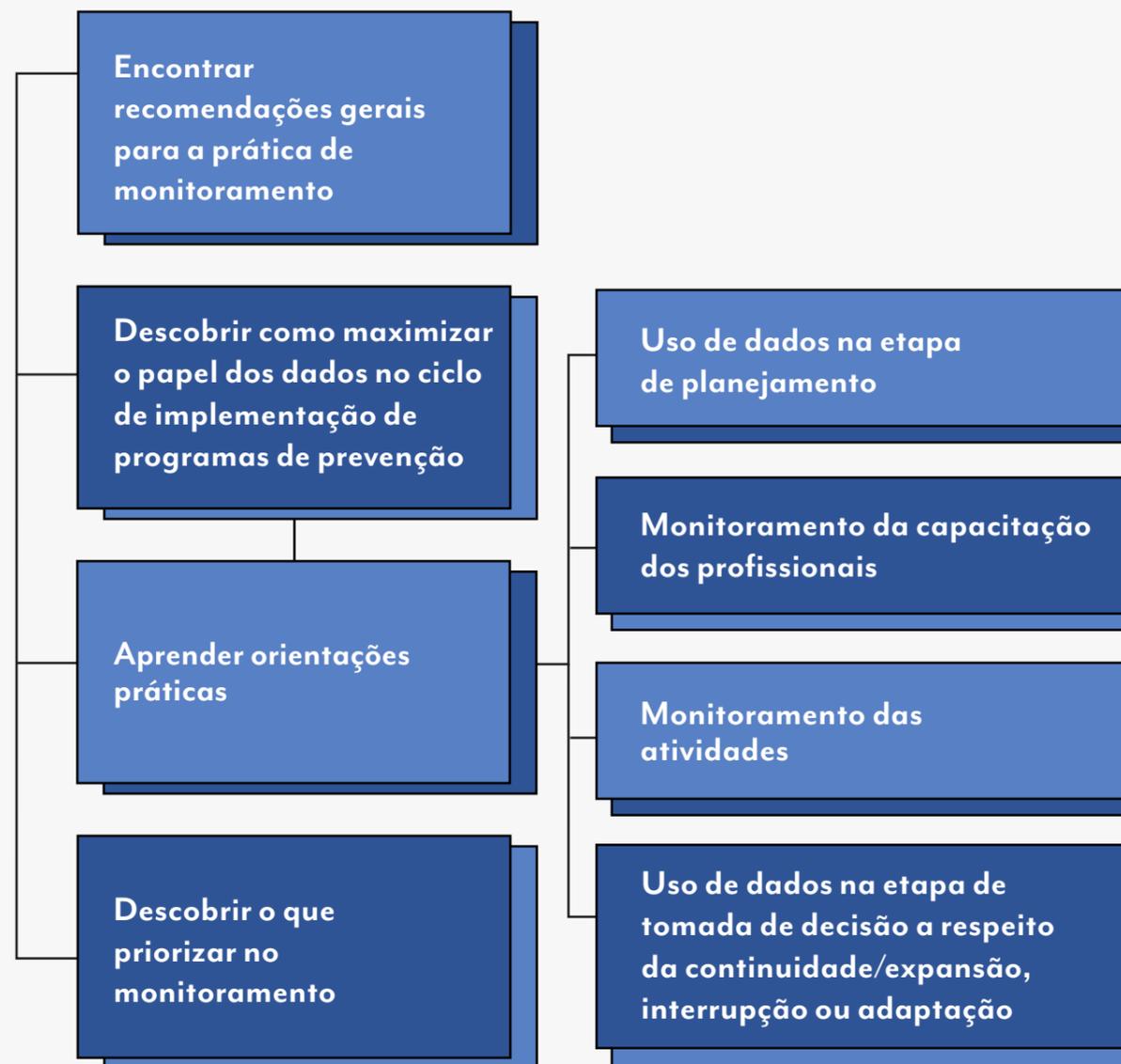
Para garantir uma gestão eficaz de programas de prevenção no campo de álcool e outras drogas, é essencial entender o processo de monitoramento e avaliação. Na Parte 1 do guia, exploramos detalhadamente o papel dessas práticas na qualificação da gestão pública de programas e ações preventivas. Agora, na Parte 2, avançaremos para as etapas de implementação de um programa de prevenção, abordando quando monitorar e quais dados utilizar para maximizar os resultados e a eficácia das intervenções. Vamos mergulhar nas estratégias práticas para garantir que cada fase do programa seja cuidadosamente acompanhada e avaliada, visando um impacto significativo na comunidade.



# Parte 2

Etapas da implementação de uma ação ou programa de prevenção: quando monitorar e quais dados usar?

## O que você vai encontrar aqui?



Na Parte 2 deste manual, exploraremos as diversas etapas envolvidas na implementação eficaz de uma ação ou programa de prevenção. Um aspecto fundamental dessa implementação é o monitoramento constante e a análise criteriosa dos dados relevantes. Discutiremos o momento adequado para monitorar o progresso de uma iniciativa preventiva e quais tipos de dados são essenciais para informar e aprimorar o processo. Entender quando e como utilizar os recursos específicos e apropriados é fundamental para garantir o sucesso e a sustentabilidade de qualquer esforço de prevenção.

**“Monitoramento é um processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que confirma ou corrige as ações monitoradas”<sup>12</sup>**

<sup>12</sup> Garcia (2001, p. 11)

## Recomendações gerais para a prática de monitoramento

- 1** Defina um/a supervisor/a de monitoramento
- 2** Estabeleça frequência e delimite a quantidade de dados
- 3** Colete dados desagregados de marcadores sociais (como raça/cor, gênero e etnia) para entender as desigualdades
- 4** Opte por ferramentas que facilitem a coleta e análise de dados
- 5** Invista tempo e conhecimento na análise de dados
- 6** Torne os resultados em um material público e acessível

## 1 Defina um/a supervisor/a de monitoramento

Uma das recomendações mais importantes para garantir o monitoramento das ações de prevenção, é definir supervisores e supervisoras de monitoramento no nível municipal e/ou estadual, que serão responsáveis por:

- coordenar a coleta de dados de monitoramento;
- fornecer informações a respeito de formato de monitoramento e instrumentos a serem preenchidos;
- validar as coletas de dados de monitoramento / preenchimento de instrumentos;
- analisar dados na frequência e profundidade que permita intervir ao longo da implementação para corrigir os caminhos;
- alertar os gestores sobre a necessidade de intervir no caso de identificação de barreiras – no sentido de induzir as ações necessárias junto aos profissionais implementadores ou gestores dos equipamentos;
- comunicar os dados e resultados das análises a partes interessadas ou de forma pública por meio de implementação de sistemas, elaboração de relatórios e publicação de comunicados nos sites e fóruns oficiais.

## 2 Estabeleça frequência e delimite a quantidade de dados

Na definição do formato de monitoramento e fluxos de coleta é importante ter em mente a busca da otimização na frequência e quantidade de dados a serem coletados. O ideal é integrar o máximo possível de dados de monitoramento a partir dos registros ou cadastros já existentes, que fazem parte da rotina dos profissionais. Por isso, antes de iniciar a coleta de dados de diagnóstico e monitoramento, recomenda-se mapear os dados já coletados de forma rotineira, seja de acesso público ou que poderiam ser disponibilizados por meio de parcerias institucionais.

Mas quando isso não é possível ou quando as informações não estão disponíveis, é necessário ponderar de um lado a importância de não sobrecarregar os profissionais implementadores e os que intermediam a implementação, e do outro lado garantir o acompanhamento de indicadores essenciais. A sobrecarga dos profissionais pode tanto levar a desistências como também a falhas na coleta de dados ou coletas deficitárias que acabam comprometendo os fins de monitoramento. Por outro lado, não coletar os dados essenciais pode comprometer a tomada de decisão e avaliação das ações pela gestão.

Para delimitar a **quantidade** dos dados a serem coletados, um bom exercício é refletir sobre “para que fim” e “como” serão usados estes dados, quais perguntas você gostaria de responder com os dados e a quais ações os dados podem levar, para assim focar na coleta de dados acionáveis – ou seja aqueles que levarão a tomada de decisão ou a intervenção estratégica e viável dentro de cada contexto de implementação.

A **periodicidade** da coleta é outra característica essencial do processo de monitoramento. As ações de monitoramento, como coleta de dados por meio de questionários ou observações, precisam ser incluídos no planejamento das ações de prevenção, identificando os papéis dos profissionais gestores e implementadores nesse processo, definindo quem preencherá qual instrumento e em qual momento, bem como os responsáveis pela análise e feedback dos dados de monitoramento.

## 3 Colete dados desagregados de marcadores sociais (como raça/cor, gênero e etnia) para entender as desigualdades

O Brasil tem buscado adotar uma abordagem inovadora e abrangente na prevenção no campo de álcool e outras drogas. Ampliação da prevenção se dá a partir do reconhecimento da importância de integração das questões de inclusão e a justiça social em todas as iniciativas públicas direcionadas aos problemas relacionados com o uso de drogas.

A partir da reorganização dos objetivos da prevenção, saindo do foco do uso das substâncias (limitando-se a adiar ou reduzir a frequência ou quantidade consumida) para um foco ampliado de promoção de equidade no acesso a serviços, direitos e bem-estar social das pessoas, e especialmente os grupos mais vulneráveis, evidencia-se a necessidade de identificar e compreender os contextos de uso de álcool e outras drogas e como estes afetam as populações em situação de vulnerabilidade.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo<sup>12</sup>, de forma que afeta diretamente diversos grupos sociais com base em marcadores sociais de raça, etnia, gênero, classe, idade, entre outros. Os marcadores sociais de diferença podem ser compreendidos como as características das pessoas, que por meio de construções culturais e sociais atribuem às pessoas e grupos as diferentes posições dentro dos criados sistemas de classificação social, e se articulam de maneira a produzir maiores ou menores graus de inclusão ou exclusão social, a depender do quanto confrontam identidades sociais predominantes<sup>13</sup>.

Para poder desenhar as estratégias de prevenção mais eficazes e relevantes, é preciso compreender como os marcadores sociais operam na prática do consumo de álcool e outras drogas. E da mesma forma, no processo de monitoramento e avaliação das ações preventivas, estes marcadores sociais precisam ser levados em conta para entender se as ações alcançam e beneficiam àqueles para quem foram desenhados. Políticas públicas eficazes exigem uma abordagem interseccional, que considere as múltiplas camadas de desigualdade e busque responder às necessidades e desigualdades simultaneamente, com o objetivo de promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades.

## 4 Opte por ferramentas que facilitem a coleta e análise de dados

A coleta de dados pode ser feita de diversas maneiras – preenchimento de formulários e questionários em papel ou de forma eletrônica, observações, entrevistas, entre outras. Analise o seu contexto de atuação, e escolha a opção mais simples e viável. Em alguns contextos, o preenchimento de questionário online será o mais prático, porém em outros os profissionais ou público possam ter dificuldade de acessar a internet ou responder perguntas escritas. Nas situações quando não é possível coletar dados diretamente com os beneficiários das ações e programas, é melhor coletar dados junto dos implementadores do que não coletar dado nenhum.

Como primeiro passo, mapeie as ferramentas institucionais disponíveis para coleta e análise de dados. Coletar e armazenar os dados por meio destas ferramentas contribui para a construção da memória institucional das ações preventivas e assegura a disponibilidade e acesso aos dados de forma contínua e ampliada.

Quando não estiver disponível uma ferramenta institucional para registro de dados, pode se fazer uso de Google Forms, que é gratuito e permite o preenchimento online. Após a coleta / registro de dados, estes podem ser analisados diretamente no Google Spreadsheet, que gera alguns gráficos e visualizações automáticas e em tempo real. Caso queira e possa avançar um pouco, o Google Data Studio é uma ótima opção, através dele é possível criar painéis de indicadores. Os dados também podem ser extraídos em formato Excel para serem analisados por meio de outras ferramentas

<sup>12</sup> PNUD, 2022

<sup>13</sup> Melo et al (2020).

## 5 Invista tempo e conhecimento na análise de dados

Os momentos de análise de dados precisam ser planejados e integrados na rotina dos profissionais designados para este fim. Aqui não estamos falando de análises complexas e estatísticas, mas de um olhar analítico para os indicadores, utilizando filtros, comparações e visualizando as diferenças e tendências, com foco em responder as perguntas e subsidiar as decisões e ações. Com apoio de painéis ou visualizações simples, já é possível identificar pontos de atenção.

Somente acessando e usando os dados de forma periódica, que os dados poderão:

- orientar as ações estratégicas,
- subsidiar os gestores para intervir para reduzir as barreiras ou até viabilizar a continuidade das ações;
- e quando identificadas adaptações comprometendo a fidelidade dos programas de prevenção, corrigir tais práticas para evitar efeitos indesejados ou aumentar a efetividade das ações ainda em andamento.

Caso o supervisor ou supervisora de monitoramento não se sinta confortável ou capacitado(a) suficiente para realizar estas análises, recomendamos que identifique os profissionais da equipe, que poderiam auxiliar na análise ou construção de painéis de indicadores. Além disso, existem cursos e vídeos, acessíveis via internet de forma gratuita, que podem apoiar na organização e análise de dados por meio de excel. A regra de ouro é “melhor caminhar com pequenos passos do que ficar parado”.

Caso não seja possível incorporar a análise de dados de monitoramento na prática diária dos supervisores e gestores, recomenda-se estabelecer momentos estratégicos ao longo da implementação e não somente após a conclusão das ações, para a análise, discussão e definição de encaminhamentos resolutivos a partir dos dados.

## 6 Torne os resultados em um material público e acessível

O registro histórico, publicação e comunicação das informações gerenciais e de resultados podem contribuir para fortalecimento da agenda de prevenção, mobilização de parcerias intersetoriais e envolvimento de novos atores, captação de recursos, como também fornecer subsídios para a continuidade das ações nos momentos de mudanças ou troca da gestão municipal e/ou estadual, ou nos momentos de avaliação de custo-benefício e relevância dos programas implementados no nível local.

A disponibilidade de dados de monitoramento das ações preventivas nos municípios e estados é do interesse de diversas instâncias governamentais em todas as unidades da União, já que estes dados podem contribuir na formulação de políticas públicas de prevenção no campo de álcool e outras drogas, como também subsidiar a elaboração de Planos e Diretrizes.

Outro ponto de atenção é na hora de fornecer feedbacks às várias partes interessadas no programa de prevenção. Isso inclui comunicar os resultados alcançados junto ao público-alvo, os efeitos de curto prazo identificados pelos profissionais e relatos sobre mudanças positivas nas práticas, relações e vínculos. É relevante compartilhar lições aprendidas, estudos de casos de sucesso e estratégias que possam ser replicadas em outras unidades de execução ou territórios.

Além disso, os dados a respeito da implementação de ações preventivas comunicados de forma estratégica podem mobilizar o interesse dos pesquisadores e comunidade acadêmica e resultar na produção de estudos mais aprofundados e pesquisas científicas direcionadas.



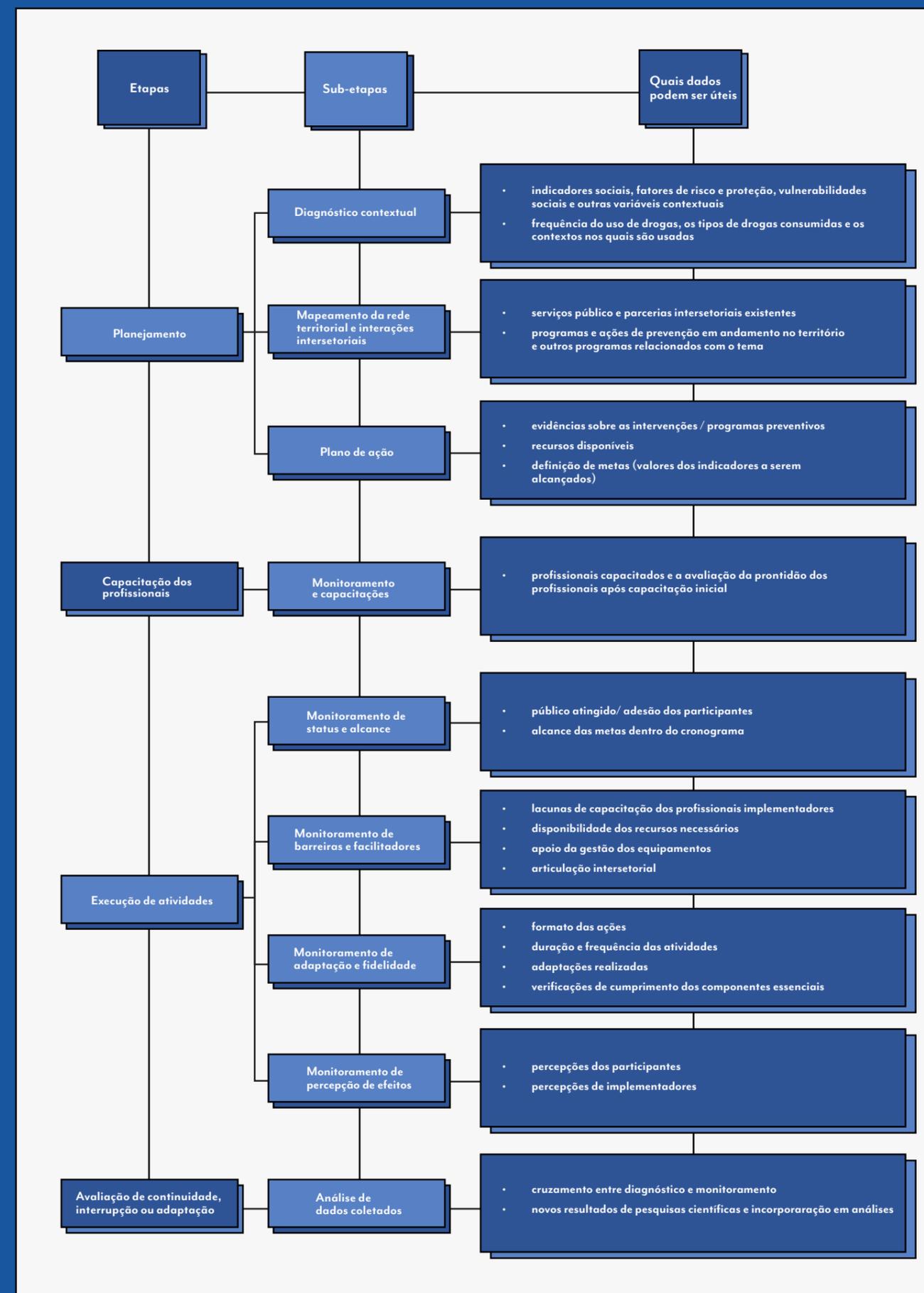
## Da Coleta à Ação: Maximizando o Papel dos Dados no Ciclo de Implementação de Programas de Prevenção

Na prevenção no campo de álcool e outras drogas, quando os gestores optam por atuar com programas e ações baseados em evidências<sup>14</sup>, cria-se a necessidade de uma mudança na relação com o uso de dados. Nesta perspectiva, muda-se do uso passivo e eventual de dados para a busca ativa por orientar as decisões e ações com base nos dados coletados. Neste cenário, a coleta e análise de dados se torna parte integrante de toda a implementação de um programa ou ação de prevenção, desde o diagnóstico e mapeamento do território, passando pelo planejamento, e se estendendo para a capacitação dos profissionais e a realização de atividades, até a avaliação dos resultados e tomada de decisão a respeito da continuidade ou não do projeto, ou sua eventual adaptação ou expansão.

Vale mencionar que apesar de agruparmos certas atividades em chamadas etapas e sub-etapas, e usarmos a lógica de um ciclo de implementação, estas concepções têm objetivo de facilitar a compreensão do leitor, entendendo que os processos de formulação e execução de políticas públicas não são necessariamente lineares e que as diversas atividades podem ocorrer de forma simultânea ou se sobrepondo.

Acompanhar e usar dados ao longo de todo o processo, desde o planejamento, capacitação de profissionais, execução de atividades, e não somente após a conclusão das ações – na etapa de Avaliação a respeito da continuidade e sustentabilidade - oportuniza uma intervenção estratégica em direção e garantir a continuidade, fidelidade e sobretudo a efetividade das ações preventivas.

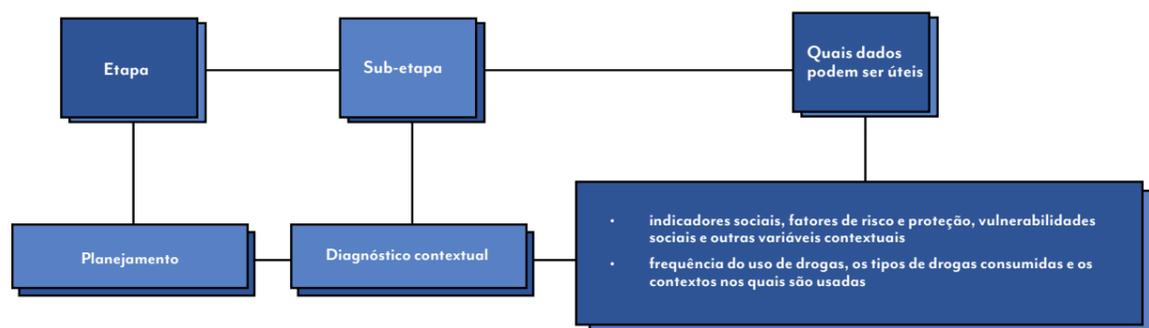
A tabela a seguir apresenta o uso de dados em diferentes etapas do ciclo de implementação de ações e programas de prevenção no campo de álcool e outras drogas.



14 Aqui estamos falando não somente de evidências científicas, mas ampliamos o conceito de evidências para incluir os dados coletados e analisados por meio de sistemas de monitoramento, como também relatos e estudos de caso identificados pelos gestores.

## Orientações práticas para uso de dados na etapa de planejamento

### Diagnóstico contextual



Na hora do planejamento das ações de prevenção no campo de álcool e outras drogas, os dados a respeito do contexto do seu território de atuação podem ajudar a definir os públicos prioritários, escolher os equipamentos das redes de educação, saúde e assistência social, formar as parcerias intersetoriais e também ajudar na escolha das ações mais adequadas.

Estamos falando tanto de dados específicos a respeito do uso de álcool e outras drogas como dados de prevalência, idade de início e grupos de risco específicos, porém sobretudo de indicadores sociais, educacionais e de saúde que possam apontar os fatores de risco e proteção específicos do território.

Partindo de uma compreensão ampliada das ações preventivas, visando impactar não somente os fatores individuais, mas também sociais e ambientais, atuando sob uma ótica de redução das inequidades e desigualdades, os dados do diagnóstico situacional podem servir também como, o que é comumente chamado na ciência de linha de base. Estes dados representarão uma “foto” do território num momento específico, e as coletas periódicas permitirão acompanhar as mudanças e verificar o quanto as ações de prevenção estão caminhando em direção aos objetivos estabelecidos. Pois como poderemos avaliar se uma ação ou programa contribuiu para prevenção no campo de álcool e outras drogas, sem ter analisado a situação antes? Como poderemos determinar se houve redução de bullying ou violência, se não sabemos quais foram taxas dos indicadores antes do início das ações?

Nesta lógica, reforçamos a importância de uma coleta, dentro do possível, de dados desagregados de gênero, raça/cor, etnia e outras variáveis relevantes para identificar os públicos que possam mais necessitar de ações preventivas, como também acompanhar as mudanças dos indicadores tendo em mente os marcadores sociais de diferença.

Além disso, o diagnóstico contextual pode trazer à tona fatores específicos do território, como por exemplo, questões de segurança pública que levam a interrupções de aulas nas escolas nos momentos de operações policiais, controle de territórios pelos carteis, falta de estrutura e dificuldade no acesso aos equipamentos de saúde e assistência social, que precisam ser considerados no desenho das estratégias de implementação das ações preventivas.

Nos anexos deste material, está disponibilizada uma lista de plataformas e fontes de dados socioeconômicos, educacionais, de saúde e assistência social. Esses recursos podem auxiliar no mapeamento do contexto e na inserção de ações de prevenção dentro de uma visão ampliada dos problemas relacionados ao uso de drogas, considerando os fatores de proteção e risco específicos do território em questão.

### Informações adicionais

Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:

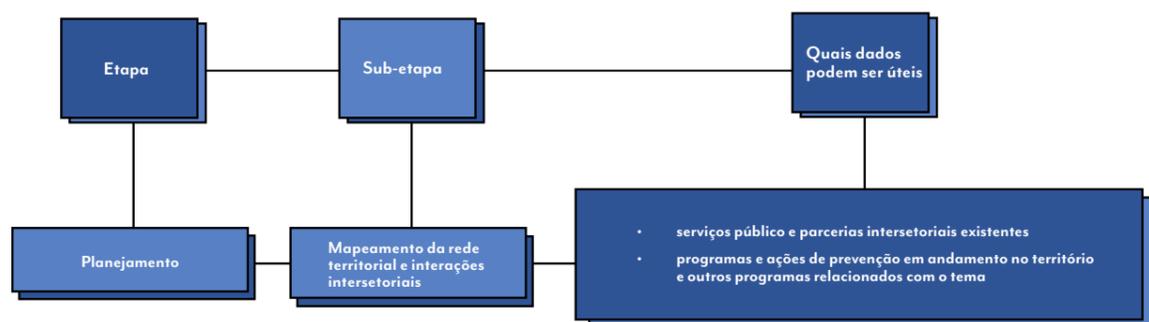
- **Indicadores–resultado** que medem alcance dos objetivos de um programa /ação planejado. Nesta etapa serão identificados valores dos indicadores antes do início para serem comparados posteriormente.
- **Indicadores-impacto** que acompanham os efeitos mais gerais de um programa /ação, que podem ocorrer concomitantemente aos resultados ou depois de um intervalo de tempo em decorrência dos resultados. Nesta etapa serão identificados valores dos indicadores antes do início para serem comparados posteriormente.

Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.

### Por que coletar esses dados?

- para desenhar ou escolher as ações de prevenção a partir do entendimento das necessidades locais;
- para definir grupos prioritários e contextos de atuação a partir da compreensão de inequidades e desigualdades;
- para acompanhar as métricas de ações de prevenção, se estão alcançando os objetivos e impactando os indicadores sociais, educacionais e de saúde.

## Mapeamento da rede territorial e interações intersetoriais



Nesta etapa, é recomendado:

- Buscar informações a respeito de ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em andamento e/ou já aplicadas no passado no território, qual foi alcance e quais equipamentos e profissionais participaram das experiências.
- Identificar potenciais parcerias intersetoriais para as ações de prevenção.
- Mapear ações intersetoriais bem-sucedidas, como também programas e políticas que possam ter interseção ou complementar as ações de prevenção específicas no Estado, Município e territórios específicos.

Quando se pretende atuar com prevenção nas escolas:

- Identificar as escolas da rede municipal e/ou estadual do território;
- Levantar os dados a respeito das matrículas e perfil dos educandos por ano / série<sup>15</sup>;
- Identificar os equipamentos de saúde, assistência, esporte e outros serviços públicos disponíveis nos territórios das escolas; e
- Identificar quais escolas e equipamentos de saúde aderiram ao programa Saúde na Escola (que possa ser um facilitador de ações intersetoriais).

Quando se pretende atuar em outros contextos que não sejam escolares:

- Identificar os equipamentos da rede de saúde, assistência social, justiça e outros do território;
- Verificar a estrutura física disponível no território para realização das ações; e
- Identificar e avaliar as melhores formas de contato, identificação e sensibilização do público-alvo para viabilizar a adesão às ações.

<sup>15</sup> É possível ter estimativa de dados da rede educacional a partir dos dados INEP (explicação no Anexo), mas é recomendável articular acesso e compartilhamento destas informações junto a Secretarias Municipais e / ou Estaduais de Educação.

## Informações adicionais

Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:

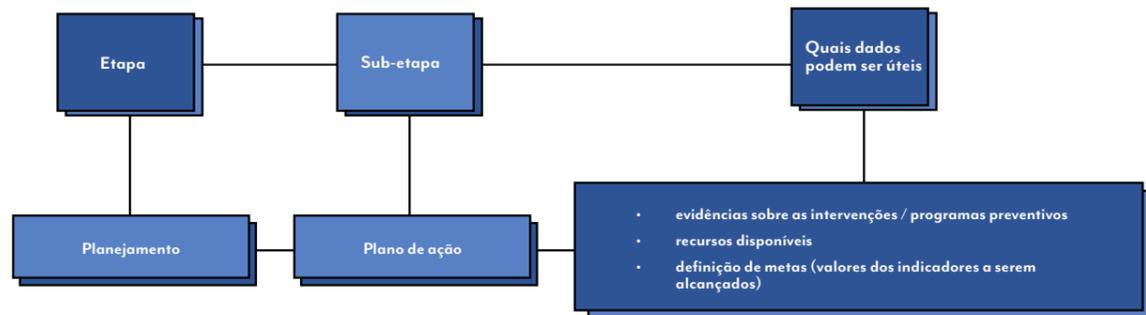
**Indicadores-insumo** que medem a disponibilidade de recursos necessários para implementação de um programa/ uma ação.

Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.

Por que coletar esses dados?

- Para ter clareza dos recursos disponíveis no território;
- Para promover a intersectorialidade na prevenção, aumentando a sustentabilidade das ações; e
- Para identificar fatores que possam interferir - fortalecer ou enfraquecer – os resultados e impactos da implementação de um programa ou ação específica.

## Definição do Plano de ação



Para traçar as estratégias e planos de prevenção, recomendamos que os gestores levantem e analisem as evidências disponíveis sobre as ações e programas desenhados para atender os contextos, públicos-alvo prioritários e fatores específicos identificados na etapa de diagnóstico contextual. Tais evidências podem ser encontradas:

- nas Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção do uso de Drogas do UNODC e OMS;
- nas plataformas que sistematizam as intervenções e programas e atribuem selos de qualidade de acordo com as evidências disponíveis, como por exemplo Mi Brújula no Chile, a Xchange da EUDA na Europa, entre outros); e
- na produção acadêmica nacional e internacional analisando os resultados de avaliações das intervenções e programas.

É importante notar que a SENAD está atualmente elaborando um sistema semelhante para o Brasil. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com o UNODC Brasil, visando fornecer diretrizes claras e padrões de qualidade validadas por meio de um Comitê Científico.

A escolha de ações mais adequadas deve ser guiada pelo diagnóstico e mapeamento do território.

Para estabelecer o escopo de atuação na área de prevenção, é importante mapear os recursos necessários e disponíveis.

**recursos humanos**

número de profissionais, perfil e carga horária (verificar a possibilidade de atuação nos horários que o público-alvo terá disponibilidade para participar dos encontros presenciais ou virtuais propostos pelo programa)

A priorização de territórios ou unidades da rede de educação, saúde ou assistência social pode ser feita com base nos dados sobre vulnerabilidade social, prevalência do uso de drogas ou outros indicadores relacionados mapeados na etapa do diagnóstico contextual.

Na definição do Plano de Ação é desejável que sejam estabelecidas metas de alcance das ações de prevenção, por exemplo em termos de:

- Números ou percentuais de municípios e/ou bairros;
- Números ou percentuais de crianças / adolescentes ou famílias;
- Números ou percentuais de escolas/ equipamentos de assistência social ou outras medidas.

As metas, idealmente vinculadas a um cronograma poderão servir no processo de monitoramento como balizadores para acompanhamento de progresso das ações.

## Informações adicionais

### Por que coletar esses dados?

- Para escolher as ações e programas com maiores chances de levar aos resultados desejados;
- Para definir o escopo das ações e prioridades;
- Para planejar os recursos necessários para alcançar o público desejado;
- Para tomada de decisões a respeito da priorização.

Um exemplo de uso de dados na definição de prioridades de um programa é a experiência na concepção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI 2), lançado em março de 2023. O Programa é destinado a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas com a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural.

Os 163 municípios prioritários (que correspondem a 3% do total de municípios brasileiros) foram selecionados pois concentram 50% das mortes violentas intencionais - indicador que agrega vítimas de ocorrências de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, mortes decorrentes de intervenção policial e vitimização policial. O levantamento dos dados foi realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente aos registros em 2021.

A avaliação dos dados desagregados do perfil das vítimas também direcionou o foco do Programa. Devido ao fato de 82% das vítimas são pessoas negras, foi definido um eixo focado no combate ao racismo estrutural no Programa. 50% das vítimas foram adolescentes e jovens – dado que orientou a definição do foco etário do Programa para população juvenil de 15 a 24 anos.



## Orientações práticas para monitoramento da capacitação dos profissionais

No campo de prevenção baseada em evidências, quando se opta por disseminar um programa manualizado, ou mesmo introduzir uma prática inovadora na rotina dos serviços, é indicado investir na capacitação de profissionais implementadores. Essa formação não apenas os prepara para executar as atividades propostas, mas desempenha um papel fundamental no processo de adoção, ajudando a superar resistências e facilitando o engajamento interinstitucional ao conectar os diversos parceiros do território.

Ao longo ou após a conclusão dos treinamentos e capacitações de profissionais para aplicação de programas e ações de prevenção específicas, recomendamos que sejam coletados os seguintes dados:

- A respeito do **agendamento da formação** (como data, horário e local) – já que estas informações cruzadas com taxas de participação podem orientar os dias, horários e locais mais adequados para alcançar os profissionais;
- **Identificação dos profissionais capacitados** (como nome, contato, equipamento/escola, município, estado) – estas informações são essenciais para manter um banco de dados dos profissionais certificados para realização de um programa, e podem ser úteis para identifica-los na etapa de monitoramento da implementação, como também ajudarão a dimensionar o alcance dos programas, e identificar lacunas de recursos humanos.
- **Características dos profissionais** (gênero, raça/cor, função e tempo de experiência), forma de adesão (por interesse próprio / indicado pelo gestor / obrigatório para todos os profissionais daquele equipamento, informações recebidas antes da formação) e experiência no campo de prevenção - estas informações quando analisadas junto com os dados sobre implementação podem apontar perfil dos profissionais com maiores facilidades para implementação do programa ou ação, apontar vieses na seleção dos profissionais ou falta de adesão de algum grupo específico de profissionais.
- Sobre **práticas profissionais** (por exemplo uso de dinâmicas de grupo, atividades de encenação, as formas de promover colaboração dentro da sala de aula, práticas intersetoriais etc.) e **percepções sobre os comportamentos do público-alvo do programa** (como participação dos pais nas atividades propostas pela escola, coesão das turmas, bullying e violência, etc.) - estes dados podem servir como linha de base, mesmo que subjetiva e podem ser analisados de forma comparativa ao longo da implementação para verificar as mudanças de práticas e alguns efeitos imediatos esperados dos programas.
- **Taxa de conclusão e avaliação da reação** (por exemplo, a motivação dos profissionais para aplicar o programa / ação após a formação, percepção a respeito da relevância do programa/ação e o quanto os profissionais se sentem preparados para realizar as atividades e de quais conteúdos e práticas sentiram falta) - Análise destes dados apoiará o desenho de ações de apoio e capacitação contínua dos profissionais ao longo do processo de implementação como também poderá subsidiar os ajustes e adequações das futuras capacitações.

### Informações adicionais

**Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:**

**Indicadores-processo** que quantificam o esforço operacional de alocação de recursos, e podem trazer insumos para avaliação de eficiência na implementação.

**Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.**

#### Por que coletar esses dados?

- Podem apontar as necessidades de ajustes no formato e metodologia da capacitação, como também contribuir para o redesenho das ações de sensibilização anteriores a momentos de capacitação;
- Podem apontar para as lacunas a serem abordadas no processo de capacitação continuada/ apoio ao longo da implementação ou mesmo para planejar novas turmas ou momentos de capacitação;
- Podem ajudar a identificar perfil mais indicado dos profissionais para aplicação da ação / programa no futuro (cruzando os perfis dos profissionais com casos de sucesso e casos com problemas na implementação);
- Alimentar o cadastro dos profissionais capacitados para aplicação de programas de prevenção específicos, permitirá dimensionar o alcance possível das ações, facilitará na promoção de encontros de troca ao longo da implementação e também será útil no caso de necessidade de remanejamento ou substituições de profissionais devido a licença de saúde ou outros motivos.

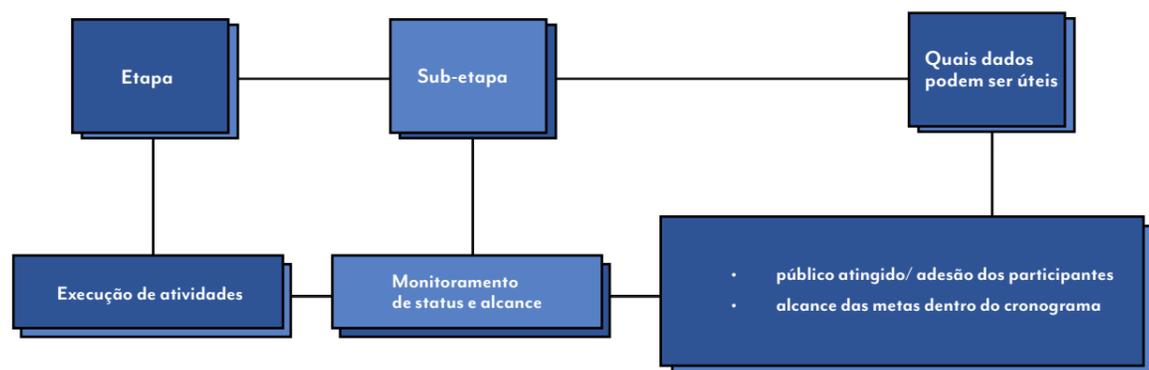
# Orientações práticas para monitoramento das atividades

Durante a realização de atividades específicas de uma ação ou de um programa de prevenção, aspectos a serem monitorados podem ser agrupados em 4 categorias:

- 1** Status e alcance
- 2** Barreiras e facilitadores
- 3** Adaptações e fidelidade
- 4** Percepção de efeitos



## 1 Status e alcance



Verificar alcance do escopo desenhado e status da execução de atividades (por equipamento, por profissional, ou por agrupamentos do público-alvo a depender do formato da implementação do programa).

### Exemplos

- número de escolas ou equipamentos de saúde, assistência social ou outros serviços que aderiram ao programa / ação de prevenção;
- número de profissionais que iniciaram as atividades previstas (já que este pode ser inferior ao número de profissionais capacitados);
- número de atividades / encontros / aulas realizadas por cada profissional / em cada unidade / com cada grupo dos participantes; e
- número de participantes que iniciaram e os que finalizaram as atividades (e, se possível, acompanhar as variações deste número com certa periodicidade – para avaliar a adesão e evasão).

É importante destacar a relevância de dados desagregados de raça/cor e gênero dos beneficiários das ações de prevenção, ou de outras formas de agrupamento dos participantes de acordo com critérios de vulnerabilidade ou outros pertinentes ao contexto/território. Essa segmentação é essencial para fins de monitoramento analítico, visando identificar eventuais disparidades na implementação de ações preventivas relacionadas a esses fatores. Tais disparidades podem requerer adaptações específicas nos contextos em questão, a fim de atender a população-alvo pretendida.

Identificar onde as atividades estão ocorrendo conforme o cronograma e onde houve ruptura ou atraso é importante, mas precisamos compreender os motivos por trás para poder agir de forma estratégica, superando as barreiras que estão comprometendo as atividades.

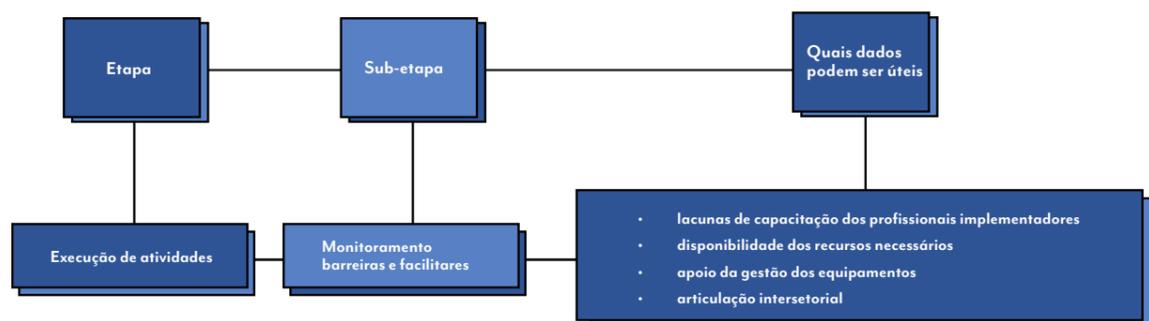
Da mesma forma, ter conhecimento de não adesão ou evasão dos participantes das atividades, ou de não alcance dos beneficiários almejados alerta o gestor sobre a necessidade de ajustes nos modelos de implementação – porém estas adaptações precisam ser guiadas a partir da compreensão dos motivos.

**Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:**

**Indicadores-processo** que quantificam o esforço operacional de alocação de recursos, e podem trazer insumos para avaliação de eficiência na implementação.

**Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.**

## 2 Barreiras e facilitadores



Identificar as causas de atrasos e rupturas de atividades, como também condições e fatores que levaram a casos de sucesso, e entender os motivos de evasão ou mesmo não adesão dos públicos esperados.

É recomendado, que ao longo da execução de atividades, seja verificada junto aos profissionais implementadores a **garantia das condições mínimas** para realização de atividades, como a disponibilidade de material e espaço físico, apoio da gestão da escola/equipamento para realização de atividades e liberação dos profissionais para realização de atividades. Importante também que se verifique a **prontidão dos profissionais** – o quanto se sentem seguros e preparados, e o quanto compreenderam e concordam com o teor das atividades. Isso pode ser feito de uma forma simples, por meio de preenchimento de questionários, porém, é possível que existam fatores inesperados, que podem ser identificados por meio de perguntas abertas, entrevistas ou grupos focais. Essas entrevistas podem ser direcionadas aos casos de sucesso ou fracasso identificados ao longo da implementação.

Já para avaliar os fatores que impactaram as taxas de adesão, é importante entender como foi feito a **escolha ou o convite aos participantes**, e quais formas se mostraram mais eficazes para alcançar o público desejado.

No caso de **evasão**, é importante compreender se as causas estão relacionadas com a resistência do público ao conteúdo ou formato das atividades propostas ou com fatores logísticos, como por exemplo, horários incompatíveis com a rotina do público-alvo, dificuldades de acesso ao local, necessidade de oferecer lanche, cuidadores para crianças menores ou outro incentivo para garantir a participação).

Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:

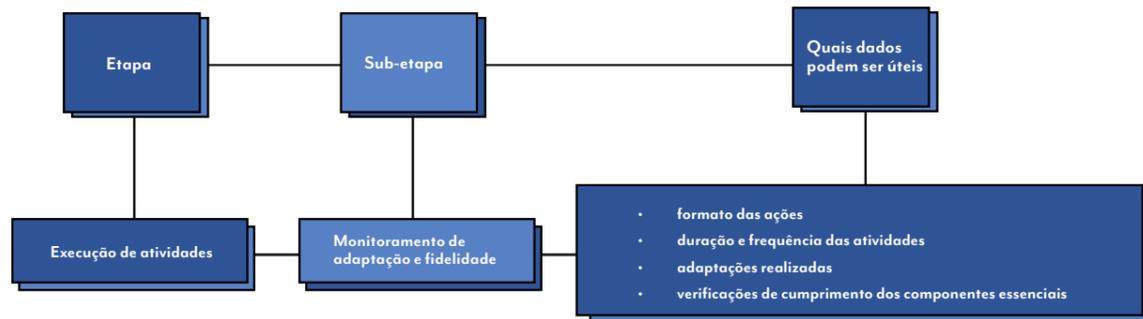
**Indicadores-processo** que quantificam o esforço operacional de alocação de recursos, e podem trazer insumos para avaliação de eficiência na implementação.

Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.

Por que coletar esses dados?

- Para aumentar as taxas de adesão às atividades e reduzir a evasão;
- Para articular ou providenciar condições necessárias para a continuidade das atividades ou melhor aproveitamento dos recursos na implementação;
- Para promover capacitação contínua ou trocas entre profissionais implementadores, caso identificadas lacunas no conhecimento ou habilidades para realização de atividades;
- Para mapear boas práticas que podem ser utilizadas para ajustar os modelos de implementação.

### 3 Adaptações e fidelidade



Os programas baseados em evidências foram desenhados e avaliados em contextos específicos, e é esperado que na hora de transferência da tecnologia ocorra um processo de adaptação cultural e contextual para adequar as ações às necessidades do público-alvo, e assim aumentar a adesão e a viabilidade local do programa.

Por outro lado, os profissionais têm as suas crenças normativas, como também práticas profissionais estabelecidas, que são muitas vezes desafiadas pela introdução de ações preventivas. Por motivos de resistência ou dificuldades, os profissionais podem optar por incluir conteúdos, modificar as atividades ou até deixar de realizar algumas atividades.

Sendo assim, existem adaptações que contribuem para o sucesso das ações, enquanto outras podem levar a efeitos contrários, diferentes dos almejados no campo de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Por este motivo, precisa-se ter cuidado e olhar atento para que não ocorram adaptações que venham a comprometer a efetividade do programa, modificando ou interferindo nos elementos centrais, modelo ou a teoria por trás do programa. Aqui entra o papel fundamental de monitoramento, garantindo que caso seja identificado desvio da fidelidade do programa, este ainda possa ser corrigido ao longo da implementação por meio de ações de capacitação continuada, supervisão e momentos de trocas entre os implementadores.

A Parte 3 deste Manual é dedicada de forma mais detalhada ao monitoramento da fidelidade de programas preventivos baseados em evidências.

**Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:**

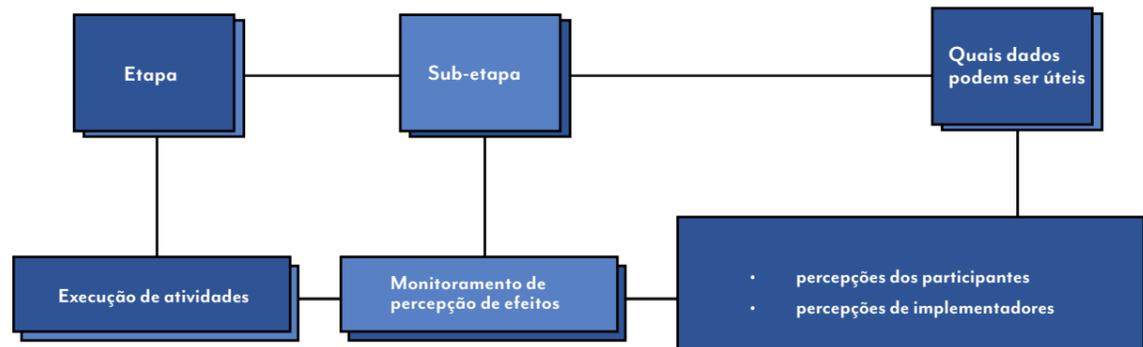
**Indicadores-processo** que quantificam o esforço operacional de alocação de recursos, e podem trazer insumos para avaliação de eficiência na implementação.

**Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.**

**Por que coletar esses dados?**

- Para identificar que adaptações estão sendo feitas nas atividades e formatos de implementação;
- Para poder intervir no caso de adaptações que possam comprometer a efetividade das ações; e
- Para aumentar as chances de alcançar os resultados desejados.

## 4 Percepção de efeitos



Os resultados dos programas de prevenção ao uso de drogas em termos de evitação, adiamento da experimentação ou redução do uso podem ser avaliados por meio de pesquisas científicas cuidadosamente desenhadas, porém tais pesquisas apresentam os resultados somente alguns meses ou anos após a conclusão das ações. Muitos impactos e efeitos podem levar tempo para serem percebidos, especialmente quando falamos de ações na infância, quando os comportamentos de risco ainda não costumam ocorrer. Porém, existem alguns efeitos mais imediatos esperados já ao longo da realização de atividades da prevenção.

### Exemplos

- a melhoria de vínculos e relações (dentro da sala de aula, com o professor, na família);
- mudanças de comportamentos (aumento de cooperação, redução de comportamentos disruptivos, ou agressivos/bullying);
- desenvolvimento de habilidade sociais e de vida (como comunicação assertiva, estilos parentais,); e
- mudanças de crenças normativas (crenças a respeito da prevalência e efeitos do uso de álcool e outras drogas).

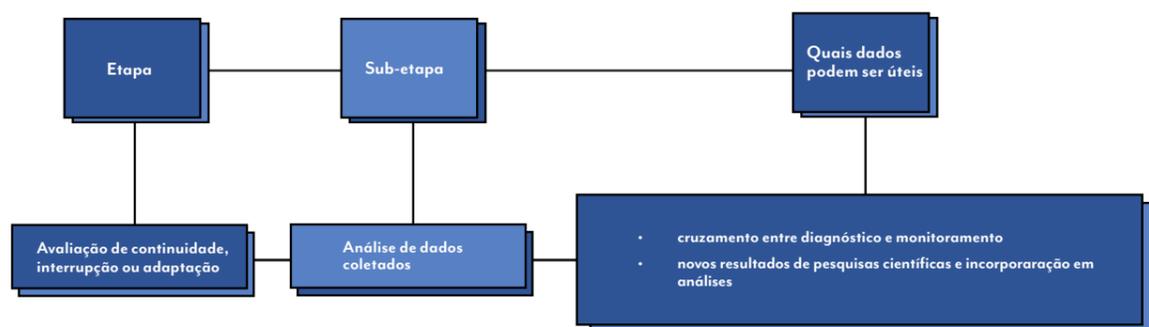
Caso estes efeitos não estejam sendo percebidos, isso já pode ser um sinal de alerta, de que talvez as atividades não estão sendo realizadas de forma adequada, ou que realmente possam não ser eficazes junto ao público ou no contexto específico.

**Nesta etapa do ciclo, o foco é no acompanhamento de:**

**Indicadores–resultado** que medem alcance dos objetivos de um programa/uma ação planejada (durante a execução das atividades já podem ser perceptíveis alguns efeitos mais imediatos das ações).

**Mais detalhes sobre esta classificação de indicadores na página 32.**

## Orientações práticas para o uso de dados na avaliação da continuidade/expansão, interrupção ou adaptação



Após o encerramento da implementação de um programa ou ação específica de prevenção, chega o momento de avaliar a experiência e tomar decisão a respeito da continuidade, necessidade de ajustes, expansão, disseminação, ou até interrupção, caso o programa ou ação em questão não for avaliado positivamente.

Neste momento, é possível fazer uso tanto de dados coletados ao longo das etapas anteriores, como também de coletas de dados específicas após a conclusão das atividades, por meio de formulários de avaliação final, ou de rodas de conversa e grupos focais com participantes e implementadores. Caso viável, podem ser novamente coletadas algumas das métricas levantadas na etapa do diagnóstico para acompanhar as suas evoluções, mesmo que muitos indicadores sociais, educacionais e de saúde sejam atualizados numa frequência maior do que a duração de ciclos de implementação de atividades de prevenção.

Para apoiar as decisões a respeito da continuidade ou descontinuidade, os indicadores de resultados e impactos podem esclarecer o quanto as atividades foram efetivas e também apontar os limites e restringir os contextos ou públicos onde as atividades funcionaram bem e onde não impactaram os indicadores.

Os dados do monitoramento das percepções de efeitos podem contribuir para avaliação de relevância e validade social das ações.

Caso a gestão opte pela continuidade ou expansão das ações, é aconselhável: aproveitar os indicadores-insumo e indicadores-processo para identificação de boas práticas e redesenho dos processos, buscando as formas mais eficazes e eficientes de realização das atividades e programas nos futuros ciclos de implementação.

O banco de dados dos profissionais certificados pode apoiar no dimensionamento das necessidades e planejamento da disseminação das ações em vários ciclos de implementação, quando há a possibilidade de transição dos profissionais entre os equipamentos. Além disso, os registros históricos de profissionais capacitados podem apoiar os modelos de escalonamento por etapas, quando os profissionais capacitados após a experiência na aplicação de programas ou na realização de atividades tem a possibilidade de se tornarem multiplicadores do conhecimento.

### Por que coletar esses dados?

- para entender os resultados, impactos e limitações de programas e ações realizadas;
- para descontinuar ou substituir ações e atividades que não geram os resultados esperados no campo de prevenção;
- para identificar as lições aprendidas e boas práticas e fazer uso destas no redesenho dos processos e formatos de implementação visando a melhor forma de atender o público prioritário;
- para comunicar a população atendida e as demais partes interessadas sobre os efeitos e impactos das políticas públicas de prevenção.

## A importância de publicização – retorno a população e stakeholders

A divulgação dos dados (tanto da etapa de planejamento, como das etapas de capacitação e acompanhamento de atividades) retroalimenta o processo de construção dos indicadores e reforça a relação entre os objetivos dos programas / ações de prevenção e o envolvimento de todos os profissionais implementadores, multiplicadores e supervisores.

A comunicação dos indicadores e dos resultados alcançados com as ações preventivas poderá contribuir no compromisso das partes interessadas e mobilizar novas parcerias, demonstrando como as ações de prevenção podem ter impactos para além das taxas de uso de álcool e outras drogas.

Neste momento, é preciso inovar e, com criatividade, montar um plano de comunicação para que as informações cheguem de forma compreensível e clara para os diversos públicos. Para a eficiência desse procedimento, devem ser considerados a finalidade e o conteúdo da mensagem, o público a ser comunicado, o meio a ser utilizado, o momento em que deve ocorrer, a recepção da mensagem e o feedback<sup>16</sup>.

A divulgação e comunicação sobre os processos de tomada de decisão, priorização de ações, públicos-alvo e resultados das intervenções aumentam a transparência e fomentam o engajamento dos envolvidos na implementação. Essa divulgação pode ser realizada por meio de diversas estratégias:

- Apresentação de resultados para os profissionais encarregados da implementação;
- Utilização de painéis de indicadores, podendo ser de acesso público ou restrito, dependendo do nível de maturidade das ações e da sensibilidade das informações;
- Realização de encontros e momentos de feedback de dados entre os gestores e os diferentes públicos envolvidos, como escolas, unidades de saúde, professores, profissionais de saúde e assistência social;
- Publicação de notícias nos portais do Governo Municipal ou Estadual;
- Elaboração de boletins e relatórios sobre as ações, tanto em formato físico quanto virtual;
- Compartilhamento de dados com o a gestão federal para contribuir na política nacional, bem como para possibilitar análise dos dados na perspectiva regional e nacional.



## O que priorizar no monitoramento

Até o momento, este Manual apresentou recomendações gerais para os processos de monitoramento, assim como foram detalhadas dicas práticas que podem orientar os processos e auxiliar os gestores na organização de dados em cada etapa do ciclo de implementação de ações preventivas. Foram fornecidos diversos exemplos de indicadores e medidas a serem adotadas. No entanto, ainda não foi discutido como deve se dar o processo de definição dos indicadores a serem monitorados.

Não adianta coletar uma quantidade enorme de dados, criar visualizações e painéis, se estes dados não respondem às perguntas certas e se não reflitam os aspectos essenciais a serem mensurados para a condução de políticas de prevenção. A literatura do campo de monitoramento e avaliação de políticas públicas indica a importância de seleção criteriosa de indicadores, por meio de avaliação da sua aderência aos seguintes atributos<sup>17</sup>:

<b>1</b>	<b>Relevância social / Utilidade</b>	Os indicadores precisam comunicar com clareza as intenções dos objetivos das ações e ser úteis para tomada de decisão dos gestores.
<b>2</b>	<b>Validade / Representatividade</b>	Considerando que os indicadores medem conceitos abstratos, as medidas escolhidas precisam representar com maior proximidade aquilo que se deseja avaliar.
<b>3</b>	<b>Confiabilidade</b>	O método de coleta como as fontes de dados precisam ser confiáveis (por exemplo as opiniões do público alvo podem ser mais confiáveis, do que as opiniões dos profissionais implementadores a respeito dos programas e ações).
<b>4</b>	<b>Disponibilidade</b>	A coleta de dados necessários para o cálculo do indicador precisa ser fácil e rápida. É importante considerar a periodicidade possível de atualização do dado (especialmente para os dados externos, cuja coleta não depende do próprio setor) – por exemplo os dados coletados somente a cada 2 anos podem ser pouco úteis para alguns fins de avaliação e monitoramento de curto prazo. Neste atributo vale a pena considerar também a cobertura populacional (se todos os territórios estão cobertos na coleta) e o nível de desagregabilidade (por gênero, raça, território e outros).
<b>5</b>	<b>Sensibilidade e Especificidade</b>	Os indicadores precisam ser sensíveis e específicos suficientemente às ações previstas na estratégia de prevenção a ser adotada, e que possibilitem medir os efeitos ou falta de efeitos das atividades.
<b>6</b>	<b>Comunicabilidade</b>	Os indicadores devem visar o entendimento de todas as partes interessadas e assim contribuir para a transparências das decisões da gestão pública.
<b>7</b>	<b>Economicidade</b>	Os custos para coleta de dados para indicadores também precisam ser considerados, pois os desenhos complexos de monitoramento podem acabar levando a lacunas na coleta e assim invalidar as análises.

A lista apresentada não é exaustiva, existem outras características que podem ser consideradas, mas aqui foram destacadas as principais identificadas que já podem auxiliar nas escolhas e priorizações.

A seleção e definição de indicadores dependerão de contextos específicos de cada território e do grau de intersectorialidade já estabelecida no campo de prevenção.

Onde as estratégias e ações de prevenção estão sendo discutidas e implementadas em espaços coordenados de diversos atores, é esperado que também se desenvolva um sistema de monitoramento e avaliação, por meio de um esforço coletivo, envolvendo diversos parceiros com suas perspectivas.

Aqui gostaríamos de referenciar como exemplo a construção do Marco Lógico e Matriz de Indicadores da Estratégia Pernambucana para Prevenção ao Crime e às Violências. A definição de indicadores passou por um processo estruturado e coordenado no âmbito da estratégia conjunta da Cooperação Pernambuco, uma iniciativa multiagência, liderada pela Secretaria Estadual de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) que contou com a participação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e do Instituto Igarapé. A concepção de Matriz de Indicadores foi o primeiro passo para a estruturação de um projeto abrangente e transversal de implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de prevenção das violências e drogas do Estado de Pernambuco.

A Matriz de Indicadores é uma ferramenta de monitoramento da política de prevenção focada em métricas mais amplas e abrangentes do que aquelas tradicionalmente utilizadas na área da segurança pública. Utilizando Indicadores-Chave de Desempenho para direcionamento das políticas públicas de prevenção e para prestação de contas à sociedade, a Matriz possui 16 indicadores estratégicos e 134 indicadores gerais a serem implantados em curto, médio e longo prazos, com o monitoramento e a avaliação (M&A), permitindo uma evolução constante, seguindo a realidade do estado.

O processo de construção da Matriz passou por algumas etapas. Primeiro foram levantadas as métricas nacionais e internacionais relacionadas a crime e violência, baseadas em evidências científicas, com uma atenção para estratégias preventivas. Em seguida ocorreu uma compatibilização, checagem de métricas e traduções, seguidas por um agrupamento dos indicadores por temáticas. Os indicadores dos programas específicos foram analisados e também agrupados por tema para compará-los com a matriz. No final, todos os indicadores passaram por alinhamentos entre os programas e entre a Matriz e Marco Lógico.

Já com os indicadores priorizados foi realizado um estudo de viabilidade, para definir os prazos para a sua inserção nos processos e sistema de monitoramento e identificar a necessidade de coleta de dados específica.

**Mais sobre a Iniciativa pode ser encontrado neste portal:**

<https://prevenirviolencia.com.br/>

Apenas um exemplo foi apresentado aqui sobre a construção de indicadores envolvendo diversos atores. Reconhecemos, porém, que o grau da coordenação das ações de prevenção nos territórios pode variar significativamente. Em muitos municípios e estados, as ações de prevenção podem não estar coordenadas o suficiente para permitir uma construção participativa em curto prazo. Nessas situações, todas as iniciativas para iniciar o monitoramento da prevenção são válidas e importantes. Uma prática recomendada pode ser testar os instrumentos de coleta de dados, pilotar as análises ou criar modelos de painéis de indicadores. Com essas iniciativas, será possível avançar com base nas experiências, revisar e adicionar novos indicadores ao longo do tempo. A entrada de novos parceiros pode ampliar ou redirecionar as ações de prevenção, exigindo também revisões nos indicadores e formatos de monitoramento.

É crucial lembrar que os indicadores identificam problemas, mas não os resolvem. As soluções dependem da ação dos gestores. Portanto, é recomendável que, caso variações em certos indicadores não resultem em ações estratégicas por parte da gestão, esses indicadores podem não ser suficientemente relevantes para serem acompanhados. Vale a pena avaliar se devem ser descartados para redirecionar os esforços de coleta e análise de dados para outros indicadores mais valiosos.



# Parte 3

## Monitoramento da fidelidade de programas baseados em evidências

### O que você vai encontrar aqui?



Quando se opta por replicar um programa de prevenção no campo de álcool e outras drogas baseado em evidências - ou seja, um programa cujos efeitos foram avaliados e comprovados através de estudos de avaliação - os gestores esperam que os resultados previstos se concretizem no novo contexto ou território. O desafio é como garantir os resultados desejados.

As adequações dos programas e intervenções às necessidades locais, tanto do público-alvo como do contexto de implementação específico, são essenciais para tornar os programas viáveis, para aumentar a adesão - dos profissionais e do público, bem como para garantir a sua efetividade em si. Mas ao mesmo tempo, as adaptações quando realizadas sem embasamento podem comprometer os resultados, e até gerar os efeitos iatrogênicos, ou seja, contrários ao que é esperado com as ações preventivas.

Os estudos<sup>18</sup> indicam que nas experiências de replicação ou disseminação de um programa de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, **é raro que este esteja implementado de forma fiel a sua proposta original**, pois os profissionais costumam adaptar as atividades e muitas vezes até o conteúdo e teor do programa.

Por exemplo, no caso de programas escolares, é comum que os professores modifiquem ou encurtem os currículos, substituam ou optem por não realizar certas atividades. Os motivos para estas adaptações são diversos - entre os quais, números elevados de alunos na sala de aula, sobrecarga dos professores, fatores relacionados com dificuldade no manejo dos alunos dentro da sala de aula, manejo de tempo e dificuldade da adaptação a nova prática proposta pelo programa, e também por motivos de discordância com o paradigma preconizado pelo programa.

Já no caso de programas implementados junto a famílias no contexto comunitário no Brasil foram identificadas, por exemplo, mudanças realizadas pelos facilitadores em relação ao tempo das atividades propostas, devido a necessidade de mais tempo para compartilhamento de ideias entre os participantes, e mudanças na forma de condução das atividades, trocando, por exemplo, a apresentação de vídeos por encenações.

Alguns fatores ambientais podem também levar a mudanças de formato de implementação. Por exemplo, no contexto da pandemia Covid-19, a metodologia Famílias Fortes, metodologia de prevenção destinado a famílias com filhos de 10-14 anos, foi aplicado à distância, ao invés de no seu formato presencial. Fatores como situações de violência e operações policiais nas comunidades ou mesmo greves, podem resultar em interrupções de serviços e aulas nas escolas - impactando o cronograma e a frequência originalmente prevista para implementação de um programa.

As adaptações na implementação de ações preventivas são inevitáveis. Embora algumas sejam necessárias para adequar os programas a diferentes contextos e atender a públicos específicos, outras podem comprometer as bases e teorias de mudança essenciais para alcançar os resultados esperados. Essas adaptações podem incluir modificações nas estratégias de desenvolvimento de habilidades e nos incentivos e desincentivos para certos comportamentos. No entanto, é importante reconhecer que essas adaptações podem colocar em risco a eficácia das ações preventivas.

Concluindo, é crucial reconhecer que as adaptações são inevitáveis em programas preventivos, mas é essencial monitorar sua extensão para garantir que não comprometam as bases e teorias de mudança subjacentes. A avaliação contínua da fidelidade do programa pode fornecer insights valiosos sobre sua eficácia e direção. Nos próximos tópicos, exploraremos como a ciência da prevenção utiliza pesquisas de efetividade e avaliações de processo para identificar os elementos e características das intervenções que são essenciais para alcance dos resultados. E como este conhecimento pode ser aproveitado no monitoramento de fidelidade no processo de disseminação de programas baseados em evidências.

18 Dusenbury et al., 2003; Gottfredson, 2001; Greenberg et al., 2001; Ozer; Wanis; Bazell, 2010; Ringwalt et al., 2004; Rohrbach et al., 2010



## Entendendo que as adaptações ocorrem, como saber se o programa está caminhando na direção certa?

A ciência de prevenção pode trazer algumas respostas. Muitas pesquisas de efetividade estão sendo acompanhadas pelas pesquisas de avaliações de processo. Nestas avaliações, os pesquisadores costumam medir a fidelidade ou o que alguns chamam de integridade ou aderência.

O termo Fidelidade pode ser definido como **o grau no qual uma intervenção é implementada conforme foi planejada**<sup>19</sup>.

A fidelidade costuma ser medida por meio de até cinco dimensões<sup>20</sup>:

<b>1</b>	<b>Aderência</b>	grau no qual os implementadores seguem os métodos do programa e realizam o que está previsto nos manuais
<b>2</b>	<b>Dosagem ou Exposição</b>	grau no qual os participantes estão expostos ao programa ou intervenção (quantidade de encontros, aulas, número de participantes por grupo)
<b>3</b>	<b>Qualidade da aplicação</b>	grau de capacidade, habilidade e entendimento dos profissionais que conduzem as atividades
<b>4</b>	<b>Engajamento ou Responsividade</b>	grau no qual os participantes estão envolvidos nas atividades de forma apropriada
<b>5</b>	<b>Diferenciação</b>	grau em que a intervenção alcança resultados imediatos e intermediários diferenciados

Nas **avaliações de processo**, medir a fidelidade permite aos pesquisadores compreenderem como e por que intervenções funcionam ou deixam de funcionar<sup>21</sup>. Na **avaliação de efetividade** no campo de prevenção, entender a fidelidade na implementação possibilita confirmar se os efeitos identificados podem realmente ser creditados a intervenções em si, e por consequência validar os resultados.

A partir destes estudos, os desenvolvedores dos programas ou os próprios avaliadores podem apontar quais são os elementos centrais dos programas – quais aspectos e características das intervenções são essenciais e quais adaptações podem ser prejudiciais.

Quando um programa é replicado num novo contexto, sem acompanhamento de uma pesquisa de avaliação de efetividade, o esforço de garantir que o programa mantenha as características consideradas centrais contribui para as chances de alcance de resultados desejados. Neste sentido, o **monitoramento da fidelidade** junto aos profissionais implementadores é uma das estratégias valiosas.

19 Garcia et al (2019), Dane et al (1998), Hansen (2014)

20 Dane et al (1998)

21 Dusenbury et al (2003)



## Estratégias para aumentar a fidelidade

Para que as adaptações realizadas pelos profissionais não infrinjam os elementos centrais dos programas, e por consequência não comprometam os resultados, é recomendado que na hora de replicar programas baseados em evidências, sejam utilizadas as seguintes estratégias para aumentar a fidelidade:

**Manualização:** As orientações claras sobre os elementos centrais dos programas que não podem ser modificados devem ser sistematizadas, especificando as adaptações permitidas, ou ainda apresentando as variações de atividades e técnicas possíveis<sup>22</sup>.

**Capacitação dos profissionais implementadores<sup>23</sup>:** A fidelidade aos elementos centrais de ações preventivas pode ser ampliada por meio de treinamentos intensivos antes do início da implementação, como também por meio de educação à distância, acompanhamento e capacitação contínua ao longo da implementação, ou idealmente por meio de uma combinação de todas estas. A capacitação dos facilitadores é indicada como essencial para garantir a fidelidade na implementação de programas de parentalidade<sup>24</sup>. Por meio de treinamentos deve ser transmitido o conhecimento e compreensão de teorias de mudança que fundamentam os programas de prevenção, para evitar que as adaptações realizadas por profissionais sejam orientadas somente por suas crenças ou boas intenções.

**Monitoramento da fidelidade:** a coleta de dados a respeito das adaptações e mudanças realizadas pelos profissionais, possibilita alertar sobre os riscos e identificar onde há necessidade de uma capacitação adicional. Os próprios instrumentos e métodos de monitoramento da fidelidade em si já contribuem para a maior atenção dos profissionais na hora da tomada de decisões a respeito das adaptações.

As estratégias apresentadas podem ser conduzidas pela equipe implementadora do programa de prevenção e a equipe de monitoramento pode acompanhar e avaliar o tanto que estas estratégias estão disponíveis e foram utilizadas. Corroborando com estas ideias, a Organização Mundial da Saúde indica que um treinamento bem desenhado e ferramentas de monitoramento de fidelidade podem contribuir para a disseminação de alta qualidade em grande escala<sup>25</sup>.

### Por que monitorar a fidelidade?

- Os instrumentos de monitoramento de fidelidade sistematizam os elementos centrais – ou seja aquelas características das atividades que sustentam a efetividade de um programa ou ação. Desta forma, os profissionais implementadores têm clareza e são lembrados a respeito dos elementos centrais ao longo da implementação do programa ou ação e poderão realizar as adaptações de forma mais consciente a respeito do que não poderá ser modificado.
- Identificação dos locais e/ou profissionais que podem estar, por meio das adaptações, comprometendo a efetividade do programa permite aos gestores intervirem de forma estratégica e imediata ainda ao longo da implementação e assim assegurar a correção das práticas por meio de capacitação contínua, articulação dos recursos necessários no território e apoio na busca de soluções inovadoras no enfrentamento das barreiras e adequação das ações ao contexto de forma qualificada.
- A partir da compreensão das adaptações nos diversos territórios, podem ser identificados ajustes necessários no formato e metodologia da implementação em novos territórios. É recomendado, que as adaptações mais abrangentes ou profundas sejam realizadas em parceria com as equipes de especialistas ou pesquisadores do campo de prevenção.

22 Barrera; Castro, 2006; Greenberg, 2004; Kumpfer et al., 2008

23 Durlak; Dupre, 2008; Dusenbury et al., 2010; Fixsen et al., 2005

24 Altafim & Linhares, 2020

25 Hardcastle et al., 2015

## Riscos relacionados a baixa fidelidade na implementação de um programa

A seguir serão discutidos alguns riscos relacionados com as adaptações indevidas de um programa de prevenção no campo de álcool e outras drogas:

- 1** Adaptações em relação ao público-alvo do programa
- 2** Adaptações em relação a quem implementa um programa ou ação
- 3** Adaptações no formato ou atividades do programa (a metodologia)
- 4** Retirada de atividades / conteúdos ou encurtamento dos encontros

### 1 Adaptações em relação ao público-alvo do programa

No caso de programas que foram desenhados para o público adolescente, e que contém conteúdo específico a respeito de álcool e outras drogas, oferecer o programa para uma faixa etária mais jovem do que a proposta originalmente, pode acabar aumentando a curiosidade das crianças e/ou os adolescentes e assim levar ao aumento ou antecipação do primeiro uso.

Da mesma forma, quando a intenção é implementar um programa com um público-alvo com características muito distintas das características da população para qual o programa foi originalmente desenhado, por exemplo, implementação de programas desenvolvidos nas culturas ocidentais em aldeias indígenas ou comunidades quilombolas, recomenda-se a avaliação da viabilidade ou não de adaptação a esse novo contexto. Em caso positivo, um processo cuidadoso de adaptação cultural seria a implementação em escala menor e, se possível, com o acompanhamento de equipes de pesquisa.

### 2 Adaptações em relação a quem implementa um programa ou ação

No caso de programas escolares é indicado que sejam aplicados pelos professores dos alunos, considerando o vínculo já existente, e a configuração de relações de confiança. A realização de atividades por profissionais externos, sejam especialistas ou agentes de segurança, mesmo que devidamente capacitados, acaba não contribuindo para a mudança de clima na sala de aula e reconfigurações de relações entre os alunos. Os professores têm um papel importante na construção de redes de proteção nos territórios, podendo articular as ações ampliadas junto a outros atores, como os profissionais de saúde ou da assistência social.

### 3 Adaptações no formato ou atividades do programa (a metodologia)

As Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção do uso de Drogas<sup>26</sup> indicam que os programas interativos e com inserção de atividades de encenação se mostraram mais efetivos no desenvolvimento de habilidades de vida, do que os programas meramente informativos. Então, caso um profissional opte por ao invés destas atividades, fazer apresentações ou palestras informativas, os resultados desejados do programa podem ser comprometidos.

Um das pesquisas de efetividade do programa de prevenção escolar Elos, no Brasil, apontou, que a fidelidade teve um impacto significativo nos resultados obtidos. Turmas com maior grau de fidelidade apresentaram aumento no engajamento e socialização dos alunos, como também redução de agressividade e comportamentos disruptivos, enquanto as turmas com baixa fidelidade apresentaram diferenças nulas, e até um aumento de agressividade entre os alunos inicialmente considerados cooperativos.<sup>27</sup>

### 4 Retirada de atividades / conteúdos ou encurtamento dos encontros

Na área de saúde, nas pesquisas de avaliação de efeito, é frequentemente avaliada a “dose ofertada” e “dose recebida”, que no caso de avaliação de programas preventivos se refere a quantidade / frequência / proporção do programa aplicada pelo profissional, e a proporção recebida, dizendo respeito a pessoa ter acompanhado o programa do início ao fim, ou quanto faltou e/ou não compareceu nas atividades previstas. Desta forma, caso um profissional opte por não trabalhar parte das atividades previstas – existe um risco de enfraquecimento do efeito do programa. Importante ressaltar que a retirada das atividades - mesmo aquelas que podem parecer insignificantes, como jogos de quebra-gelo, a forma de elogiar ou desencorajar um certo comportamento - pode reduzir ou inverter o efeito do programa por conta do baixo engajamento dos participantes.

26 Atualizadas numa parceria entre UNODC e OMS em 2018

27 Schneider, Strelow, Langaro, & Kaszubowski, 2018; Schneider, Garcia, & D'Tôlis, 2021

## Como monitorar a fidelidade: a busca da justa medida

Reconhecendo a importância de acompanhamento das atividades preventivas com olhar atento às adaptações e seus possíveis impactos na efetividade junto aos diversos públicos-alvo, surge um outro desafio – como adaptar os instrumentos de avaliação da fidelidade a uma prática de monitoramento nos serviços públicos? E, por que isso representa um desafio?

Nos processos de transferência de tecnologia, com base em evidências, é possível que os criadores de programas preventivos disponibilizem junto com o material didático dos programas, também instrumentos e manuais de avaliação, já validados. Considerando a importância de monitoramento dos elementos centrais dos programas (monitoramento de fidelidade) com vistas a alcançar os resultados desejados, estes instrumentos do campo de pesquisa podem ser bem úteis.

**É exatamente neste momento, quando o monitoramento de fidelidade da implementação, no âmbito de políticas públicas, opta por fazer uso dos instrumentos de avaliação de fidelidade desenhados para contexto de pesquisa, que se corre o risco de os instrumentos não penetrarem no cotidiano dos profissionais que serão responsáveis por preenchê-los. A não compreensão devido a linguagem técnica ou complexidade de preenchimento ou falta de disponibilidade para preenchimento de tais instrumentos acabará levando a lacunas na coleta de dados, inviabilizando um acompanhamento e monitoramento adequado.**

Por outro lado, a responsabilidade pela construção de instrumentos de monitoramento não pode ser somente atribuída aos gestores públicos. Os contextos de serviços públicos são em muitos territórios marcados por lacunas no quadro de pessoal, sobreposição de atividades e tarefas, atuação em cima das emergências e urgências em detrimento do planejamento e gestão coordenada de atividades. Neste cenário, corre-se o risco de optar por instrumentos reduzidos que não capturam os dados que permitem realmente avaliar a fidelidade e identificar as adaptações que possam comprometer a efetividade.

Neste sentido, a **busca de justa medida** entre as necessidades apontadas pelas evidências científicas e as necessidades dos contextos de setor público vai em direção a importância de parcerias entre a gestão pública e as equipes de pesquisa na construção e adaptação dos processos e instrumentos de monitoramento de fidelidade. É necessário, que se busque adequar a **linguagem, tamanho e profundidade dos instrumentos**, para que os profissionais implementadores tenham capacidade de responder às questões elencadas, e ao mesmo tempo, que os instrumentos permitam avaliar a fidelidade de forma consistente.

Além disso, é necessário que as atividades de monitoramento de fidelidade sejam incluídas nos planos de implementação dos programas e nos acordos com os serviços onde as ações de prevenção serão implementadas. É recomendado, que:

- haja definição de profissionais responsáveis pela coleta de dados de monitoramento (preenchimento de formulários e realização de observações, e o registro dos dados nos devidos sistemas);
- garantir e facilitar o acesso dos profissionais a ferramentas e a tecnologia necessária (por exemplo, evitando o preenchimento em papel para posterior digitação);
- seja pactuado com os gestores dos serviços o tempo necessário para os profissionais preencherem os instrumentos – caso contrário, corre-se o risco de o preenchimento ser feito concomitantemente a outras demandas gerando inconsistência de dados, ou mesmo falhas no preenchimento;

- se possível, os profissionais recebam reconhecimentos ou incentivos de carreira pelo preenchimento de instrumentos de monitoramento de fidelidade, pois assim serão motivados a priorizar e a se dedicar a estas tarefas.

No próximo capítulo, serão explorados exemplos de instrumentos de monitoramento, partindo da experiência de desenho dos processos de monitoramento para as 3 metodologias de prevenção baseadas em evidências, disseminadas no Brasil pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) no âmbito do Programa CRIA - Prevenção e Cidadania.

Além de destacar valiosos instrumentos técnicos, essa discussão ressalta a crescente importância da integração e intersectorialidade das ações de prevenção no campo de álcool e outras entre as esferas da União. A integração aos recursos e tecnologias disponibilizados pelo governo não apenas simplifica a coleta, análise e utilização de dados durante a implementação das ações a nível local, mas também capacita o governo a oferecer suporte mais direcionado às necessidades identificadas por meio de suas equipes especializadas.

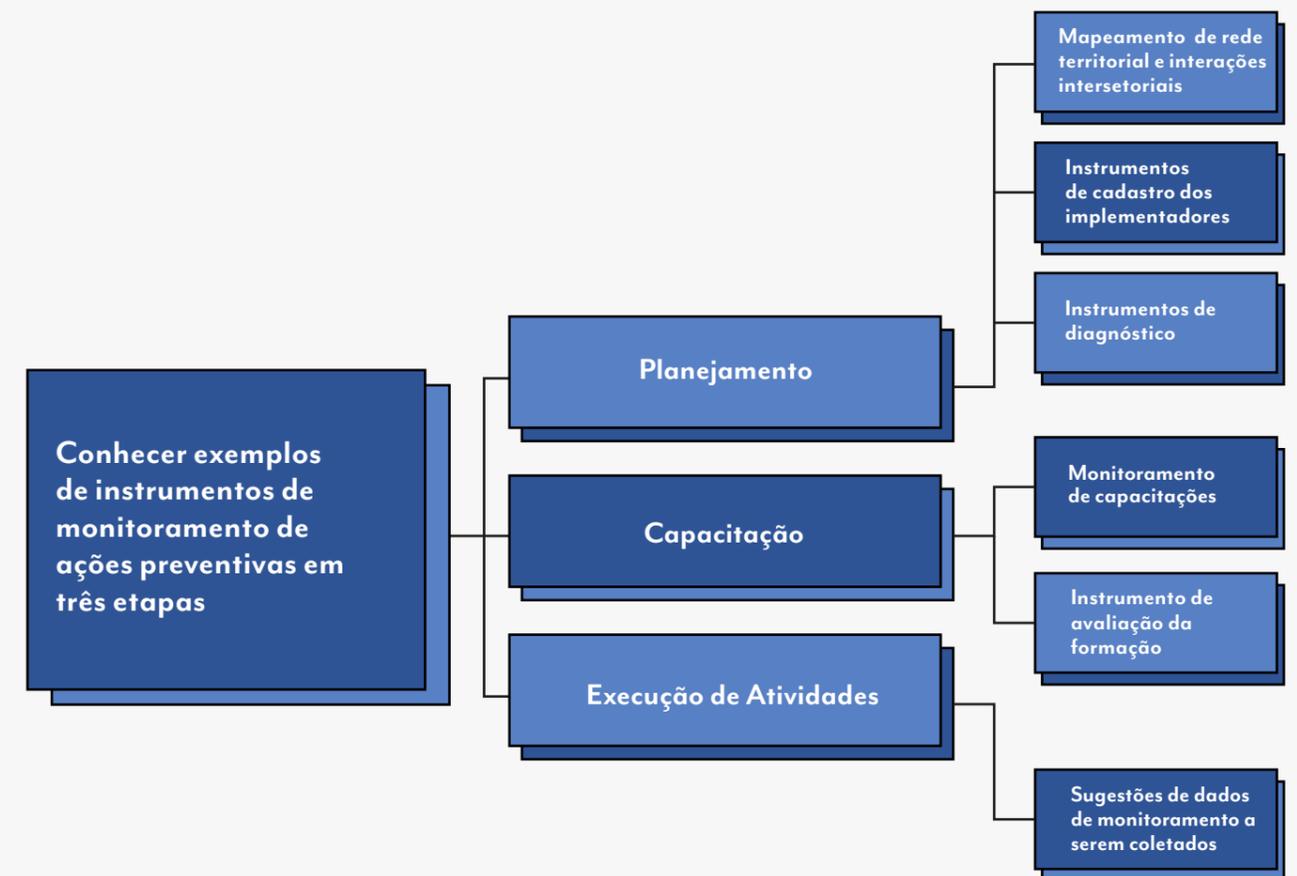
Essa integração inclui o desenvolvimento contínuo de recursos para a capacitação de implementadores e gestores, além de facilitar a comunicação e coordenação entre as diferentes esferas da federação. O acesso aos dados relativos à implementação das metodologias nos territórios possibilita tomar decisões fundamentadas sobre adaptações e aprimoramentos na disseminação dos programas. Ao compartilhar essas informações de forma eficaz, os gestores públicos não só melhoram a compreensão dos desafios locais, mas também fortalecem as políticas públicas em nível nacional, promovendo uma abordagem mais eficiente na prevenção.

# Parte 4

## Instrumentos de Monitoramento das Ações de Prevenção

Exemplos de instrumentos de monitoramento

### O que você vai encontrar aqui?



Atualmente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP), em parceria com a Fiocruz, induz a disseminação de três metodologias de prevenção do uso de álcool e outras drogas baseadas em evidências, no âmbito do Programa CRIA - Prevenção e Cidadania. A disseminação ocorre por meio de Acordos de Cooperação Técnicas (ACTs) com Estados e Municípios prioritários. Estas metodologias são Elos – Construindo Coletivo, #Tamojunto e Famílias Fortes – a breve apresentação destas pode ser encontrada na página 34, junto com os exemplos de indicadores.

O processo de transferência das tecnologias se inicia com o diagnóstico (ou seja mapeamento da realidade local), seguido pela sensibilização e oficinas territoriais com objetivo de imersão no território com objetivo de elaboração de planos locais. Após a etapa de planejamento, vem a etapa de capacitação, que prevê ações formativas. Na etapa de aplicação das metodologias nas escolas e serviços de assistência social selecionados são previstas ações de monitoramento e formação continuada. Neste Manual serão apresentados alguns exemplos dos instrumentos de monitoramento, ou suas partes, para os fins ilustrativos. É importante destacar que os processos e instrumentos de monitoramento a serem utilizados no âmbito dos ACTs serão disponibilizados na Plataforma de Prevenção (atualmente [plataformas.inap.gov.br](https://plataformas.inap.gov.br), em breve com nova identidade).

Neste Manual serão apresentados alguns exemplos dos instrumentos de monitoramento, ou suas partes, para os fins ilustrativos. É importante destacar que os processos e instrumentos de monitoramento a serem utilizados no âmbito dos ACTs serão disponibilizados pela SENAD/MJSP via plataforma SINAP – <https://plataformas.inap.gov.br/>.

Organizamos os exemplos por etapa, e foram priorizadas as partes dos instrumentos que são mais genéricas e poderiam ser reaproveitadas para outros contextos de implementação de ações preventivas.

## Exemplo de instrumento de diagnóstico

Este instrumento foi desenhado como instrumento de apoio no planejamento, e inclui perguntas referentes ao mapeamento de atores e serviços atuando com a prevenção dos desfechos negativos do uso de álcool e outras drogas nos territórios, identificação de ações em andamento, como também dimensionamento dos potenciais públicos e recursos disponíveis.

### 01 Há ações de prevenção no campo de álcool e drogas? Se sim, quais?

- Direcionadas a quem? (faixa etária, públicos específicos, ...)
- Onde são implementadas? (escolas, serviços de saúde, espaços comunitários,...)
- Quem realiza as ações? (profissionais da educação, saúde, de segurança,...)

### 02 Há articulação intersetorial para construção e implementação das ações de prevenção no território? Em que espaços ocorre e quais setores/parceiros estão envolvidos?

### 03 Existe algum mecanismo de participação popular nas agendas de prevenção no território?

### 04 Existe alguma estratégia de monitoramento das ações de prevenção realizadas no território?

### 05 Há orçamento específico para as ações de prevenção? (Quais são as possibilidades de financiamento / captação de recursos?)

Após a escolha e definição de intervenção preventiva a ser implementada, é recomendado que sejam coletados dados a respeito de:

- **População-alvo** (por exemplo, no caso de programa escolares, identificar escolas e o número total de estudantes da faixa etária específica na rede pública, conhecer os dados a respeito de fatores de risco e proteção, e dados a respeito da prevalência do uso, caso disponíveis, como também outros dados socioeconômicos e educacionais).
- **Estrutura física para implementação** (por exemplo, no caso de programas que exigem espaço e infraestrutura específica para realização de atividades, identificar os serviços adequados no território)
- **Recursos-humanos** (identificar e localizar os profissionais interessados, previamente capacitados, disponíveis na rede de serviços) – para este fim pode ser utilizado o instrumento-exemplo abaixo
- **Fatores contextuais** (analisar se há fatores contextuais ou territoriais específicos que possam impactar de forma significativa na implementação das ações, como por exemplo: faixa de fronteira internacional, áreas com riscos ambientais, altos índices de criminalidades, conflitos/violência relacionados com o tráfico de drogas, conflitos entre grupos criminais)

## Exemplo de instrumento de cadastro dos profissionais interessados em implementação

<b>Nome completo</b>	
<b>Data de nascimento</b>	
<b>CPF</b>	
<b>E-mail</b>	
<b>Telefone</b>	
<b>Município</b>	
<b>Profissão /Ocupação atual</b>	
<b>Nome da instituição de referência profissional:</b>	
<b>Identidade de Gênero</b>	Feminino
	Masculino
	Não-binário
	Mulher-trans
	Homem-trans
	Prefiro não dizer
<b>Raça/Cor</b>	Amarela
	Branca
	Indígena
	Parda
	Preta
	Prefiro não dizer
<b>Religião</b>	Católico
	Evangélico
	Espírita
	Afro-brasileiras
	Nenhuma
	Outro:
	Prefiro não dizer

<b>Nível de escolaridade</b>	Ensino Fundamental
	Ensino Médio
	Graduação
	Pós-graduação
	Mestrado
	Doutorado
<b>A respeito do cadastro</b>	Me inscrevi por adesão voluntária / por interesse próprio
	Fui indicado pela instituição ao qual estou vinculado
<b>A minha motivação para participar da formação é:</b>	Interesse pela prevenção - álcool e outras drogas
	Interesse em desenvolver novas habilidades para a minha atuação profissional
	Responder a demandas da comunidade
	Enriquecimento do meu currículo
	Recomendação do Programa pelos colegas
	Pontuação na carreira
	Outro
<b>A respeito do programa de prevenção:</b>	Não sei nada
	Recebi apenas informações básicas
	Já participei de alguma ação formativa a respeito do programa
	O programa já foi aplicado no meu local de trabalho por outros profissionais
	Já apliquei o programa no passado
<b>No momento do cadastro dos profissionais já é possível levantar dados a respeito das práticas dos profissionais que vão implementar as ações, como também dados a respeito de questões que podem facilitar ou dificultar a implementação do programa, ou até mesmo as questões sob quais o programa visa atuar. Estes dados coletados ao longo e ao final da implementação podem apontar as mudanças.</b>	
<b>Com os estudantes, costumo:</b>	Fazer acordos para convivência na sala de aula
	Realizar atividades em pequenos grupos
	Conduzir jogos e brincadeiras
	Fazer elogios
	Nenhuma das opções

<b>A respeito da parceria entre a escola e o serviço de saúde da referência:</b>	Há atividades realizadas em conjunto
	Há parceria somente para encaminhamento dos estudantes por questões de saúde
	Não há parceria
<b>A respeito da relação escola-famílias</b>	Há diálogo e participação das famílias nas ações da escola
	As famílias participam ocasionalmente ou procuram a escola por demanda espontânea
	O contato é restrito às reuniões pontuais (por demanda da escola)
	Não há envolvimento das famílias na vida escolar
	Não sei responder
<b>Caso há algumas expectativas a respeito do perfil do implementador, as perguntas específicas podem ser incluídas para verificar o quanto as pessoas interessadas já possuem competências desejadas.</b>	
<b>A respeito de manejo de grupo:</b>	Não tenho experiência, nem vontade
	Não tenho experiência mas tenho vontade
	Tenho experiência
<b>O seu serviço já desenvolve alguma(s) ação de prevenção no campo de álcool e outras drogas?</b> Apesar que isso já pode ter sido explorado na etapa de mapeamento e planejamento, este instrumento pode ser uma oportunidade para coletar dados específicos.	

## Exemplo de Instrumento de avaliação da formação sobre uma metodologia específica de prevenção

É recomendado que as ações de formação sejam monitoradas e avaliadas, com objetivo de identificar as oportunidades de melhoria como também possíveis lacunas a serem abordadas no processo de capacitação contínua.

<b>Indique seu grau de concordância com as afirmações apresentadas a seguir:</b>	
<b>A formação foi suficiente para eu compreender o funcionamento da metodologia</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>A formação foi suficiente para eu desenvolver as habilidades necessárias para implementar a metodologia</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Considero a metodologia relevante para ser implementado no meu local de atuação</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Considero os temas abordados na metodologia pertinentes e relevantes para as necessidades dos estudantes / das famílias (ou outro público específico a qual o programa é direcionado)</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>A respeito dos materiais (manuais, guias ou outros)</b>	

<b>A linguagem dos guias da metodologia é compreensível</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>Os manuais fornecem orientações práticas e úteis para a implementação da metodologia</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>A duração da formação foi</b>	<input type="checkbox"/>	Insuficiente
	<input type="checkbox"/>	Suficiente
	<input type="checkbox"/>	Excessiva
<b>A estrutura do local foi adequada para as atividades propostas</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>Os materiais e recursos utilizados durante a formação foram suficientes.</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>A quantidade de participantes na formação favoreceu a aprendizagem:</b>	<input type="checkbox"/>	Sim, foi adequada
	<input type="checkbox"/>	Não, foi excessiva
	<input type="checkbox"/>	Não, foi insuficiente

<b>Os formadores demonstraram conhecimento suficiente para responder às perguntas dos participantes</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>Os formadores demonstraram habilidades de comunicação eficazes durante as sessões do programa.</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>Depois da formação, sinto-me motivado para implementar a metodologia</b>	<input type="checkbox"/>	Discordo completamente
	<input type="checkbox"/>	Discordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo parcialmente
	<input type="checkbox"/>	Concordo completamente
<b>Há algo que você acha que poderia ter sido melhor explorado na formação?</b>		
<b>Você tem alguma crítica ou sugestão sobre a formação? Qual(is)?</b>		



## Exemplos de dados de monitoramento a serem coletados ao longo da implementação:

Serviços e profissionais capacitados que estão realizando as atividades, incluindo:

- % de profissionais capacitados que iniciou as atividades após formação;
- Serviços e profissionais que desistiram e/ou interromperam a realização de atividades e os motivos
- Serviços e profissionais que estão em atraso em relação ao cronograma estabelecido e os motivos

Verificação de condições mínimas necessárias (recursos e logística)	
<b>Alguma(s) das questões a seguir precisam ser aprimoradas para a adequada execução do programa? Assinale uma ou mais alternativas:</b>	Disponibilidade de tempo para planejamento
	Tempo previsto para as atividades
	Fornecimento de materiais previstos
	Espaço físico
	Outra(s) questão(ões). Qual(is)?
<b>Foi possível realizar as atividades do programa paralelamente às demais atividades da sua função?</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente

Verificação de qualidade da implementação e do seguimento de orientações centrais para realização de atividades, tais como:

- Faixa etária indicada do programa
- Profissionais indicados (por exemplo, no caso de programas escolares – professores e educadores da própria escola)
- Manutenção de atividades interativas
- Foco no desenvolvimento de habilidades de vida (sociais e parentais) para além de fornecimento de informações

Número de beneficiários (incluindo os dados de gênero, raça, idade e outros relevantes), incluindo:

- % da população-alvo que aderiu ao programa (após convite ou outra forma de mobilização);
- Se possível, coletar dados junto aos beneficiários a respeito de fatores de proteção e risco sob quais se visa atuar com o programa (como linha de base).

Exemplos de dados a serem coletados ao final da implementação:

Junto aos profissionais implementadores	
<b>Satisfação e interesse em continuar ou não com a implementação</b>	
<b>Sinto-me satisfeito(a) por implementar o programa</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>O conteúdo do material didático foi suficiente para a aplicação do programa</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>As ações de capacitação e acompanhamento foram suficientes para a aplicação do programa</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Considero relevante a continuidade do programa</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
	Quero continuar aplicando o programa
	Discordo completamente

<b>Percepção de relevância</b>	
<b>A implementação do programa foi relevante para a escola onde trabalho</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Os temas abordados no programa são pertinentes e relevantes para as necessidades dos estudantes e das famílias.</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Percepção de efeitos de curto prazo</b>	
Estes são apenas exemplos ilustrativos de perguntas de metodologias escolares de prevenção. As questões precisam considerar os efeitos esperados de curto prazo da intervenção proposta.	
<b>O programa impactou na melhoria do vínculo em sala de aula</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente

<b>As crianças interagiram entre si de maneira mais cooperativa e harmônica</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Houve diminuição de episódios de agressão física ou verbal na minha sala de aula</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>As crianças se concentraram mais nas tarefas</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>As crianças demonstram maior envolvimento afetivo com as atividades escolares</b>	Discordo completamente
	Discordo parcialmente
	Concordo parcialmente
	Concordo completamente
<b>Se possível, junto aos beneficiários:</b>	
	Satisfação
	Percepção de relevância
	Percepção de efeitos de curto prazo
	Se recomendariam a intervenção/programa para outras pessoas

## Referências

Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2021). Programa de parentalidade para prevenção de violência contra crianças no contexto brasileiro: da eficácia para a larga escala sustentável. Em: Reflexões em torno da COVID-19: famílias, crianças e jovens em risco. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6958>

Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2020). Intervenção preventiva em práticas parentais utilizando o Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros. In S. R. F. Enumo, T. L. Dias, & F. P. Ramos (Org.), *Intervenções psicológicas para promoção do desenvolvimento e saúde na infância e adolescência* (pp. 325-346). Appris Editora.

Bahia, L. O. (2021) Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília: Enap. <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>

Banco Mundial (2018) Avaliação de Impacto na Prática – Segunda Edição. Gertler, P.; Martinez, S.; Rawlings, L. B.; Premand, P.; Vermeersch, C.M. J.

Barrera, M.; Castro, F. G. (2006) A heuristic framework for the cultural adaption of interventions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 311-316.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2015) Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: guia AD. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Brasil. TCU. Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo e Secretaria de Macroavaliação Governamental (2020) Referencial de controle de políticas públicas. Tribunal de Contas da União. – Brasília.

Carley, M. (1985) Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar.

Cohen, E.; Franco, R. (2000) Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes.

Dane A.V., Schneider BH. (1998) Program integrity in primary and early secondary prevention: are implementation effects out of control? *Clin Psychol Rev.*; 18:23-45.

Durlak, J. A.; Dupre, E. P. (2008) Implementation matters: a review of research on the influence of implementation on program outcomes and the factors affecting implementation. *American Journal of Community Psychology*, [S.l.], v. 41, p. 327-350.

Dusenbury, L. et al. (2003) A review of research on fidelity of implementation: implications for drug abuse prevention in school settings. *Health Education Research*, [S.l.], v. 18, p. 237- 256.

Dusenbury et al. (2010) Coaching to enhance quality of implementation in prevention. *Health Education*, [S.l.], v. 110, p. 43-46.

EMCDDA<sup>28</sup> (2013) North American drug prevention programmes: are they feasible in European cultures and contexts? Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

Fixsen, D. L. et al. (2005) Implementation research: a synthesis of the literature. Tampa, FL: University of South Florida, Louis de la Parte Florida Mental Health Institute. (FMHI Publication, n. 231).

Garcia, D.; Schneider, D.R.; Cruz, R.M. (2019) Mensuração da fidelidade de intervenções em saúde mental baseadas na escola: uma revisão sistemática. In: SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.) vol.15 no.3 Ribeirão Preto jul./set. 2019.

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.150238>

Garcia, R.C. (2001) Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 23, n. 7, p. 70.

Gottfredson, D. (2001) Schools and delinquency. Cambridge: Cambridge University Press.

Greenberg M. et al. (2001) The Study of Implementation in School-Based Preventive Interventions: theory, research and practice. Washington, DC: Center for Mental Health Services, Substance Abuse and Mental Health Administration, US Department of Health and Human Services.

Greenberg, M. (2004) Current and future challenges in school-based prevention: the researcher perspective. *Prevention Science*, [S.l.], v. 5, p. 5-13.

Hansen, W.B. (2014) Measuring fidelity. In: Sloboda Z, Petras H. Defining prevention science, advances in prevention science. Nova York: Springer Science and Business Media; p. 335-59.

Hardcastle, K. A., Bellis, M. A., Hughes, K., & Sethi, D. (2015). Implementing child maltreatment prevention programmes: What the experts say. World Health Organization. [http://www.euro.who.int/\\_data/assets/pdf\\_file/0009/289602/Maltreatment\\_web.pdf?ua=1](http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0009/289602/Maltreatment_web.pdf?ua=1)

Imas, L. G. M. e Rist, R. C. (2009) The Road to Results: Designing and Conducting Effective Development Evaluations. Washington, DC: Banco Mundial.

Januzzi, P. de M. (2005) Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160.

Januzzi, P. de M. (2011) Monitoramento Analítico como Ferramenta para Aprimoramento da Gestão de Programas Sociais. In: Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, vol.1, p.36-65. <https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbma201101004>

Januzzi, P. de M. (2020) Relevância e sustentabilidade: dimensões esquecidas na avaliação de programas sociais. <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2020/relevancia-e-sustentabilidade-dimensoes-esquecidas-na-avaliacao-de-programas-sociais>

Kumpfer, K. L. et al. Cultural adaptation process for international dissemination of the strengthening families program. *Evaluation & the Health Professions*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 226-239, 2008

Melo, K. M. M., Malfitano, A. P. S., & Lopes, R. E. (2020). Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 28(3), 1061-1071. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>

OMS. (1996) Catalogue of health indicators. Genebra.

Ozer, E. J.; Wanis, M. G.; Bazell, N. (2010) Diffusion of school-based prevention programs in two urban districts: adaptations, rationales, and suggestions for change. In: *Prevention Science*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 42-55.

Pedroso, R.T., Juhasova, M.B. (2018) A prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto das políticas públicas. In: Brasil. Prevenção ao uso de drogas: Implantação e Avaliação de Programas no Brasil. Ministério da Saúde; Universidade Federal de São Paulo. – Brasília: Ministério da Saúde., p.13-48

Ringwalt C. L. et al. (2004) Students' special needs and problems as reasons for the adaptation of substance abuse prevention curricula in the nation's middle schools. In: Prevention Science, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 197-206.

Rohrbach L. A. et al. (2010) The Project Towards No Drug Abuse (TND) dissemination trial: implementation fidelity and immediate outcomes. In: Prevention Science, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 77-88.

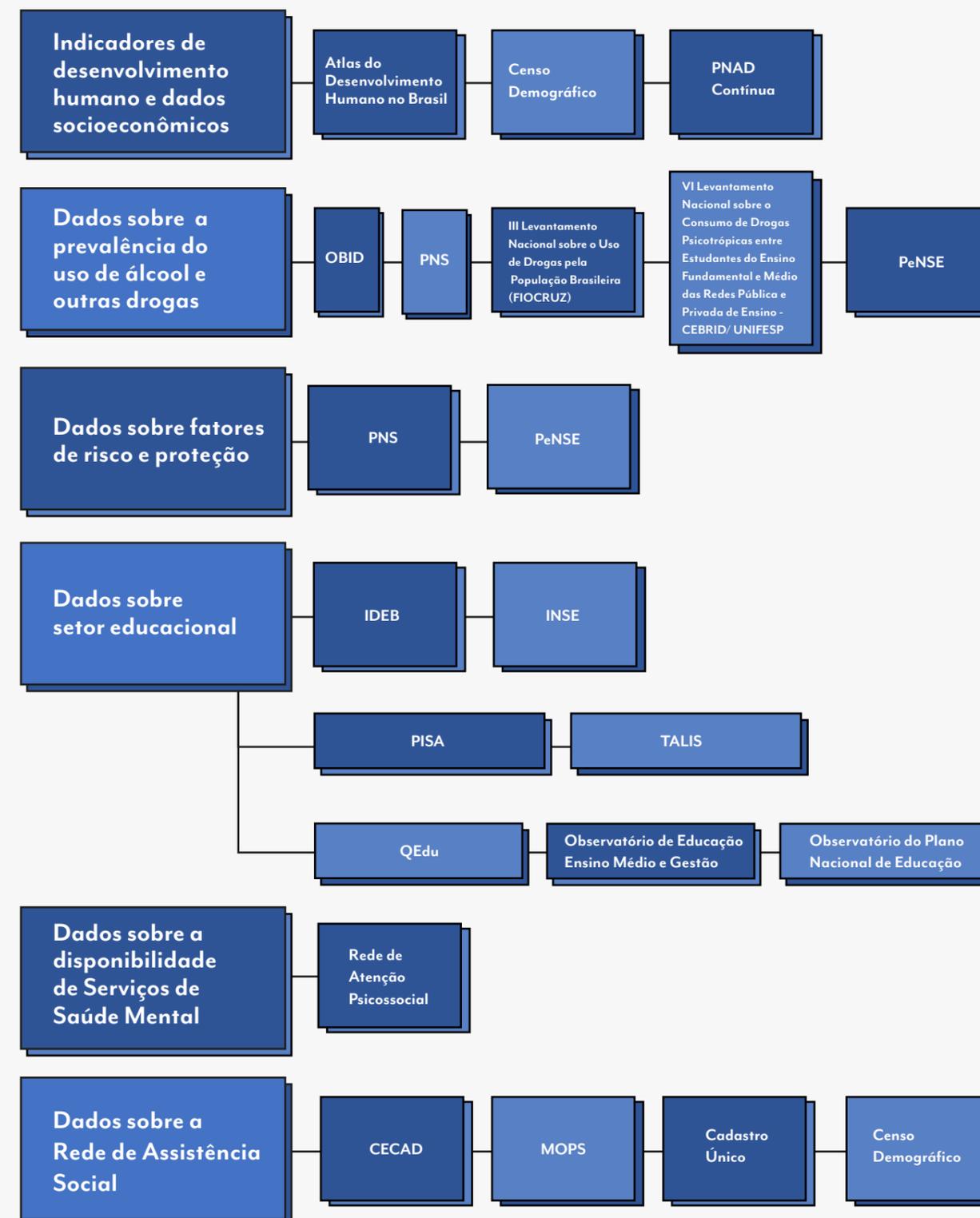
UNODC (2014) International standards on drug use prevention [Internet]. Vienna: United Nations



# Anexo

## Navegando por fontes de dados estratégicas para o planejamento

### O que você vai encontrar aqui?



Nesta seção, serão exploradas fontes de dados disponíveis e que podem desempenhar um papel fundamental no processo de planejamento estratégico para a prevenção eficaz. Agrupamos os dados em três categorias: indicadores de desenvolvimento humano e dados socioeconômicos, dados sobre a prevalência do uso de substâncias e dados sobre fatores de risco e proteção. Essas informações oferecem uma compreensão ampla do contexto, extensão do problema e determinantes do uso de drogas, permitindo o desenvolvimento de estratégias de prevenção direcionadas e eficazes.

## Indicadores de desenvolvimento humano e dados socioeconômicos

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>)

Nesta plataforma desenvolvida por meio de uma parceria entre o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, podem ser encontrados tanto dados de IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, como vários outros indicadores socioeconômicos (de saúde, educação, renda e trabalho, vulnerabilidade social, entre outros).

### IDHM é um indicador sintético que está composto por 3 dimensões:

1. Longevidade
2. Educação
3. Renda

- Na aba Perfil - selecionando uma localidade - sendo município, região metropolitana, macrorregião, Unidade da Federação, região integrada de desenvolvimento, ou até mesmo uma unidade de desenvolvimento humano (ou seja bairro) - a plataforma apresenta além do IDHM, dados a respeito da população, densidade demográfica, área e PIB per capita.
- Na aba Ranking pode ser verificada a posição das localidades (estados, municípios e bairros) na ordem considerando os valores do IDHM e suas 3 dimensões.
- Na aba Consulta é possível visualizar outros indicadores socioeconômicos, por meio de mapas, tabelas ou gráficos (de barra, séries históricas, entre outros), comparando os valores entre várias categorias (localidades, anos, população rural/urbana, sexo e cor).
- A plataforma permite desagregação de dados por sexo e cor, assim possibilitando visualizar o nível das desigualdades e vulnerabilidades específicas nos territórios, considerando estes marcadores sociais.
- Estão disponíveis dados até 2021.

### Censo Demográfico

Realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é considerado a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. Os dados são coletados por meio de um questionário com 26 questões a respeito das características de domicílios e dos moradores. Numa amostra de domicílios é usado um questionário ampliado com 77 perguntas sobre a identificação étnico-ra-

cial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.

As coletas de dados ocorrem a cada 10 anos, e os últimos resultados disponíveis são referentes a 2022, e podem ser acessados via: (<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>)

- Selecionando a localidade (município, unidade da federação ou região) podem ser acessados dados a respeito do crescimento populacional, área e densidade, pirâmide etária (com distinção do número de pessoas por idade e sexo), distribuição da população pela raça/cor e sexo, como também proporção de domicílios conectados à rede de esgoto, abastecidos pela rede geral de água, com banheiro de uso exclusivo e com coleta de lixo.
- Na aba de Indicadores, é possível acessar alguns dados mais detalhados como crescimento populacional e idade mediana por cor ou raça, razão de sexo, como também dados específicos de indígenas e quilombolas.
- Já na aba de Mapas, os dados absolutos e relativos de indígenas e quilombolas, entre outros dados, podem ser visualizados por território.

A partir do panorama do IBGE é possível acessar dados mais detalhados por meio do portal de Cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>)

Selecionando a localidade (município ou unidade da federação) é possível visualizar além dos dados populacionais, os dados de 2021 a respeito de:

- o trabalho e rendimento (como salário médio, porcentual de população ocupada, porcentual de população com renda até meio salário mínimo);
- educação (número de escolas, matrículas e IDEB dos anos iniciais e dos anos finais);
- economia (como PIB per capita e IDHM);
- e dados de 2022 a respeito de saúde (mortalidade infantil e internações por diarreia); e
- alguns dados de 2010 sobre meio ambiente (urbanização, arborização e esgotamento sanitário adequado).

A vantagem deste portal é que todos dados estão apresentados também por meio de mapas, que possibilitam enxergar as desigualdades territoriais e regionais.

### Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

Realizada pelo IBGE, acompanha as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outros indicadores socioeconômicos. No Painel (<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>) podem ser acessados dados por estado ou município:

- Dados populacionais e a respeito de mercado de trabalho atualizada a cada trimestre
- Dados educacionais (taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade e taxas de escolarização por idade) como também dados a respeito de domicílios com TV e com acesso a internet – todos de 2022.

## Dados sobre Prevalência do uso de álcool e outras drogas

Observatório Brasileiro De Informações Sobre Drogas (OBID) da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem o objetivo de fomentar e disponibilizar informações sobre drogas que contribuam para a produção de novos conhecimentos, elaboração e monitoramento de políticas públicas baseadas em evidências e construção de rede de informações e parcerias, nos paradigmas da prevenção, reinserção social e redução da oferta de drogas em conformidade com os procedimentos éticos de pesquisa, de armazenamento de dados e com as boas práticas de governo.

Com a atuação do Obid, a Senad também pretende fortalecer a estrutura de governança e articulação interinstitucional de atuação no setor de políticas públicas sobre drogas; integrar-se com os setores e parceiros na disponibilização de informações qualificadas sobre drogas; implementar políticas públicas com base em evidências; disponibilizar informações sobre oferta e demanda de drogas à sociedade e outras instituições; além de construir uma rede de instituições parceiras, as quais poderão prover dados de interesse para a Política Nacional de Drogas.

O site do OBID está sendo reformulado para oferecer uma melhor experiência aos usuários. Em breve estará disponibilizando as informações qualificadas sobre oferta e demanda de drogas à sociedade e outras instituições.

Painel com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE e a FIOCRUZ - (<https://www.pns.iciet.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/>)

Neste Painel é possível encontrar diversos dados a respeito de comportamentos de risco, e as visualizações permitem comparação das estimativas de prevalência entre os anos de 2013 e 2019, selecionando uma UF ou a capital específica, como também dados gerais do Brasil. Além disso, é possível visualizar os indicadores comparando Estado ou a Capital específica com os demais do país. Entre as estimativas a serem encontradas são dados a respeito de:

- consumo de álcool (tanto o consumo abusivo nos últimos 30 dias, consumo uma ou mais vezes na semana, consumo regular, ter dirigido um automóvel ou motocicleta após ter consumido bebida alcoólica)
- consumo de tabaco (consumo atual de derivados de tabaco, fumo atual de tabaco, fumo atual de cigarro, fumo passivo dentro do domicílio com fumantes, ex-fumantes, tentativa de parar de fumar nos últimos 12 meses entre os fumantes)

Para acessar dados desagregados por raça/cor, sexo, faixa de idade, escolaridade ou situação (urbana/rural) é preciso fazer tal seleção no campo de abrangência.

As bases de dados e microdados estão disponíveis no próprio portal, na seção ‘Sobre a Pesquisa’ / [Bases de Dados](#).

Dados históricos de uso de álcool e outras drogas no Brasil podem ser também obtidos pelos relatórios produzidos a partir da iniciativa e financiamento da SENAD/MJ pelas instituições de pesquisa no campo de drogas:

- III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, realizado pela FIOCRUZ em 2015, que pode ser acessado no Repositório institucional da Fiocruz - [ARCA](#). O relatório contém alguns dados desagregados por sexo.
- VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras, elaborado em 2010 pela CEBRID/ UNIFESP (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). Nesta edição estão disponíveis dados desde 1987. O relatório está disponível para download na [página](#) do CEBRID.

### Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)

Esta pesquisa realizada com uma amostra dos **adolescentes de 13 a 17 anos, escolares dos anos finais do ensino fundamental** das escolas públicas e privadas, estima tanto as taxas de prevalência do uso de álcool, tabaco e outras drogas como também a presença de alguns fatores de risco e proteção específicos e as suas mudanças desde a primeira coleta em 2009.

Na página do IBGE, é possível visualizar as [séries históricas](#) de dados por município, unidade da federação, região ou mesmo nacionais, comparando os dados coletados em 2012 e 2015.

Já na parte de [tabelas](#) é possível baixar dados de todas as coletas (2009, 2012, 2015 e 2019) nas 27 capitais e estimativas nacionais, sendo desagregados por sexo dos escolares e a dependência administrativa da escola (pública / privada).

Nas planilhas estão registrados percentuais de educandos que relataram seguintes comportamentos (por tema):

<p><b>Tema 7</b></p> <p>Cigarro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que fumaram cigarro alguma vez na vida;</li> <li>• que fumaram pela 1ª vez com 13 anos ou menos;</li> <li>• que fumaram algum dia nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• dentre os que fumaram alguma vez na vida;</li> <li>• que fumaram pela 1ª vez com 13 anos ou menos; e</li> <li>• que fumaram algum dia nos 30 dias anteriores à pesquisa.</li> </ul>
<p><b>Tema 8</b></p> <p>Bebidas alcoólicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que tomaram 1 copo/dose de bebida alcoólica alguma vez na vida;</li> <li>• que tomaram bebida alcoólica pela primeira vez com 13 anos de idade ou menos;</li> <li>• que tomaram pelo menos um copo ou uma dose de bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que tomaram 4 (para meninas)/ 5 (para meninos) copos/doses ou mais de bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que ficaram bêbados(as) alguma vez na vida; e</li> <li>• que alguma vez na vida tiveram problemas com família ou amigos por ter consumido bebidas alcoólicas.</li> </ul>
<p><b>Tema 9</b></p> <p>Outras drogas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que usaram drogas alguma vez na vida;</li> <li>• que usaram drogas pela primeira vez com 13 anos ou menos;</li> <li>• dentre os que usaram drogas alguma vez na vida;</li> <li>• que usaram drogas pela primeira vez com 13 anos ou menos;</li> <li>• que usaram drogas algum dia nos 30 dias anteriores à pesquisa.</li> </ul>

## Dados sobre fatores de risco e proteção

### Pesquisa Nacional de Saúde - PNS

Além dos dados a respeito do consumo de álcool e tabaco, esta pesquisa também levanta dados a respeito dos perguntados serem vítimas de:

- algum tipo de violência nos últimos 12 meses
- violência sexual alguma vez na vida
- violência física nos últimos 12 meses
- violência verbal nos últimos 12 meses

Como já mencionado acima, estes dados podem ser acessados tanto via [Painel de Indicadores](#) como por meio de [microdados](#), com possibilidade de filtrar as informações por raça/cor, sexo, faixa de idade, escolaridade ou situação (urbana/rural).

### Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)

Esta pesquisa identifica também, além da prevalência do uso de drogas, as tendências entre os educandos a respeito de diversos fatores de risco e proteção.

Na página do IBGE a respeito da PeNSE, na parte de [tabelas](#) é possível baixar dados de todas as coletas desde (2009, 2012, 2015 e 2019) das 27 capitais e estimativas nacionais, sendo desagregados por sexo dos escolares e a dependência administrativa da escola (pública / privada).

Nas planilhas estão registrados percentuais de educandos que relataram seguintes comportamentos ou características (por tema):

<b>Tema 2</b> Contexto Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cujos pais e responsáveis sabiam o que estavam fazendo no tempo livre;</li> <li>• que faltaram a aula sem permissão dos pais e responsáveis;</li> <li>• cujos pais e responsáveis entenderam seus problemas e preocupações;</li> <li>• cujos colegas de escola os trataram bem e/ou foram prestativos com eles; e</li> <li>• que sofreram bullying.</li> </ul>
<b>Tema 3</b> Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que não possuem amigos próximos</li> </ul>
<b>Tema 5</b> Padrão Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que costumam almoçar ou jantar com os pais ou responsáveis 5 dias ou mais na semana</li> </ul>
<b>Tema 10</b> Segurança e Violências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• que não compareceram à escola por falta de segurança no caminho de casa para a escola ou da escola para a casa nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que não compareceram à escola por falta de segurança na escola nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que não compareceram à escola por falta de segurança no caminho de casa para a escola ou da escola para a casa ou por falta de segurança na escola nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que estiveram envolvidos em briga com luta física nos 30 dias anteriores à pesquisa;</li> <li>• que estiveram envolvidos em briga nos 30 dias anteriores à pesquisa, em que alguma pessoa usou arma branca; e</li> <li>• que foram agredidos por algum adulto da família nos 30 dias anteriores à pesquisa.</li> </ul>

## Dados do setor educacional

Frequentar a escola por si já pode ser considerado um fator de proteção no contexto de uso de álcool e outras drogas na infância e adolescência, por isso o entendimento dos principais indicadores do setor educacional pode enriquecer a construção de estratégias de prevenção no campo de álcool e outras drogas.

Primeiro, serão apresentados os principais indicadores acompanhados pela educação brasileira, e em seguida serão indicadas algumas plataformas onde estes dados podem ser acessados de forma simplificada.

Principais indicadores acompanhados pelo setor educacional no Brasil

**IDEB – índice de desenvolvimento da educação brasileira** - é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

1. Censo Brasil disponibiliza as taxas de aprovação, reprovação e abandono por série, em cada escola da rede pública e privada do Brasil. Dados estão coletados anualmente.
2. Já a avaliação de desempenho é realizada com alunos de 5º e 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas. O desempenho dos alunos é avaliado nas matérias de português e matemática e estão disponibilizados os percentuais de alunos com a aprendizagem adequada.
3. Taxa de distorção de idade-série – representa a proporção de alunos em cada série com a idade superior à recomendada. A taxa é calculada a partir dos dados do Censo Escolar. Dados estão coletados anualmente.
4. Nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano das escolas públicas brasileiras é medido por meio da avaliação diagnóstica da Provinha Brasil

**INSE - Indicador de Nível Socioeconômico** – este indicador foi construído para apoiar a identificação de desigualdades educacionais, contextualizar os resultados das avaliações de desempenho e conhecer a realidade social de escolas da rede de ensino brasileira.

Todos estes dados, entre outros, podem ser acessados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nas suas respectivas páginas, é possível realizar o download das planilhas com os microdados. Os dados estão disponibilizados por Escola, por Município, como também dados gerais do Brasil. As planilhas contêm dados específicos de cada ano, e são atualizados normalmente (no caso de dados de desempenho coletados por meio da SAEB, atualmente estão disponíveis dados de 2021).

Existem ainda as pesquisas internacionais que permitem comparação da educação brasileira com outros países:

- **PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes** – avalia o desempenho dos alunos de 15 anos em 3 áreas de domínio (leitura, matemática e ciências). Esta pesquisa é realizada a cada 3 anos, os últimos resultados disponíveis são referentes a 2022 neste link.
- **TALIS – Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem** tem foco em avaliar o ambiente de ensino e aprendizagem, bem como as condições de trabalho dos professores e diretores nas escolas. No Brasil é realizada pelo INEP. A coleta de dados ocorre a cada 5 anos, e a última foi realizada em 2018. Os resultados podem ser encontrados [aqui](#).

Plataformas:

- [QEdu \(https://qedu.org.br/brasil/explore\)](https://qedu.org.br/brasil/explore) – plataforma da Fundação Lemann e do Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), usando dados do IDEB, SAEB, ENEM e Censo Escolar.

Nesta página é possível visualizar todos os indicadores mencionados acima de forma simples, por estado, município e tipo de rede. A última atualização dos dados foi realizada em 2022. Tem opções de visualizar a comparação de um município com o Estado e com o Brasil.

Os dados de aprendizagem adequada estão também apresentados por raça/cor e nível socioeconômico (considerando o alto e baixo INSE), porém os demais dados não.

- [Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão - da UniBanco \(https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/\)](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/)

Esta plataforma permite visualização de todos os dados do INEP referentes ao período de 2008 a 2020. É possível visualizar de forma rápida os seguintes dados filtrando um Município, Estado, região, ou todo o território nacional:

1. a evolução de IDEB no período, como também seus componentes (indicador de rendimento e nota média padronizada)
2. comparação do IDEB com demais estados
3. taxas de aprovação, reprovação e abandono de Ensino Fundamental, ou específico de Anos Iniciais ou Finais, ou Série Específica, como também de Ensino Médio.
4. taxa de distorção de idade-série por Série
5. visualizações comparativas de indicadores por meio de mapas
6. portal disponibiliza também ranking dos municípios e UFs em relação a cada dos indicadores mencionados

A respeito de Ensino Médio, existem também os seguintes dados de recorte raça/cor disponíveis até 2020, a serem visualizados por Município, e ainda com possibilidade de filtrar por sexo:

- proporção de matrículas
- proporção de estudantes na idade 15-17 anos
- distribuição entre turnos (matutino / vespertino / noturno)

[Observatório do Plano Nacional de Educação \(https://www.observatoriopne.org.br/\)](https://www.observatoriopne.org.br/) – o objetivo deste observatório é monitorar a implementação do Plano<sup>29</sup> e dar transparência aos dados educacionais do País. A desvantagem é que a maioria dos dados foi atualizada em 2020 e na maioria dos casos, não é possível realizar a desagregação por sexo ou raça/cor. Por localidade (região, estado ou município) podem ser encontrados dados de:

- Matrículas – com possibilidade de filtro por etapa, rede (privada/pública/ municipal/estadual/federal) ou localidade (rural / urbana)
- Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada – com possibilidade de filtro de matemática ou português e ano (5º, 9º do ensino fundamental ou 3ª série do ensino médio)
- Docentes – onde é possível além dos filtros já mencionados, obter dados desagregados de raça/cor e sexo
- Diretores – com possibilidade de filtrar por rede
- Estabelecimentos de educação - com filtros por etapa, rede ou localidade
- Outros indicadores, como IDHM, índice de Gini, população e rendimento domiciliar per capita.

29 O Plano Nacional de Educação foi lançado em 2014, com 20 metas para aprimorar a oferta de educação à toda a população brasileira, a serem alcançadas até 2024. O escopo do Plano vai da educação infantil até a pós-graduação e apresenta estratégias específicas para a redução das desigualdades e inclusão de minorias no sistema de Educação.

## Dados sobre a disponibilidade de Serviços de Saúde Mental

Para localizar os equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial, existe um mapa interativo lançado em 2020 (<https://aps.saude.gov.br/noticia/10659>).

## Dados sobre a rede de assistência social

Para conhecer melhor o território sob a lente das políticas sociais recomendamos acessar 2 plataformas que possam contribuir para o diagnóstico contextual:

CECAD (<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>)

Neste portal é possível selecionar Estado e Município de interesse e visualizar os dados referentes a:

- Famílias e pessoas cadastradas no sistema de CADÚnico, como também a evolução desse número ao longo do tempo (desde 2012 até o ano mais recente com dados atualizados), e também o detalhamento do número total e proporção das famílias e pessoas cadastradas, consideradas:
  1. em situação de pobreza
  2. de baixa renda
  3. acima de ½ salário mínimo
- Detalhamento do público cadastrado por sexo e faixa etária (assim pode ser visualizado o tamanho da população na idade de 7 a 15 anos, tanto de sexo masculino como de feminino no território de referência)

MOPS – Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/>)

Este portal apresenta, por meio de um mapa interativo, informações sobre os serviços, equipamentos públicos e programas sociais nos territórios, contendo a localização e o contato. Também permite a visualização de relatórios socioterritoriais com base nas informações do Cadastro Único e do Censo Demográfico, e gerar cartogramas personalizados.

Por meio da ferramenta de visualização do Diagnóstico Socioterritorial, é possível selecionar um território por meio de raio em quilômetros no mapa, e dentro deste raio acessar estimativas de:

- **Cadastro Único** em relação ao número total de pessoas por faixa etária, número de famílias e pessoas cadastradas, como também por situação (extrema pobreza, pobreza, baixa renda, acima da ½ do salário mínimo).
- **Censo Demográfico (2010)**: com dados como distribuição da população por tipo de domicílio, e número de responsáveis analfabetas.

Ainda na aplicação do Bolsa Família e Cadastro Único (<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>), é possível visualizar esses dados de forma integrada no Painel de Indicadores, selecionando o município específico. Além disso, por meio de perfil CAD, podem ser acessados dados a respeito da raça/cor das famílias cadastradas.





# CRIA

PREVENÇÃO E CIDADANIA



**Nações Unidas**  
Escritório sobre Drogas e Crimes



SECRETARIA NACIONAL DE  
POLÍTICAS SOBRE DROGAS  
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

